ANO 55
225
out 2008

Sistema FIEG

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

ENTREVISTA

James Tebuol, professor Insead, dá receita para as empresas fugirem da "mesmice"

O QUE VIRÁ POR AÍ?

PARALISADAS PELA CRISE, AS EMPRESAS REFAZEM SEUS PLANOS E SE PREPARAM PARA TEMPOS MAIS DUROS, JÁ DANDO COMO CERTO O DESAQUECIMENTO DA ECONOMIA

Na Faculdade SENAI teoria e prática caminham juntas.

Automação Industrial - Duração: 3 anos
Faculdade de Tecnologia SENAI Ítalo Bologna – Telefone: (062)3226-4500
Redes de Computadores - Duração: 3 anos
Faculdade de Tecnologia SENAI de Desenvolvimento Gerencial – Telefone: (062) 3269-1200
Processos Químicos - Duração: 3 anos
Faculdade de Tecnologia SENAI Roberto Mange – Telefone: (062) 3902-6200
Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Duração: 3 anos
Faculdade de Tecnologia SENAI de Desenvolvimento Gerencial – Telefone: (062) 3269-1200

VESTIBULAR SENAI 2009/1

Cursos AUTORIZADOS pelo MEC
Inscrições até 20 de janeiro/2009

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL
FIEG SENAI

62 3219 1400 - www.senaigo.com.br

"O chamado 'valor de mercado de uma empresa na bolsa' não significa o seu verdadeiro valor econômico, este sim, real e ético"

Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

A crise, a emergência e o valor real

As lideranças industriais do Brasil, reunidas no 3° Encontro Nacional da Indústria (Enai), promovido pela Confederação Nacional da Indústria no final do mês passado, em Brasília, propuseram ao governo uma ação emergencial contra a crise financeira internacional, que acreditam capaz de restabelecer a liquidez e a oferta de crédito na economia. Ao mesmo tempo, indicaram que o País precisa avançar na agenda estrutural de longo prazo, cuja prioridade é a reforma tributária, para simplificar o sistema de cobrança de impostos, desonerando importações e investimentos.

Em resumo, foram cinco as propostas: ampliar, em caráter excepcional, o prazo de recolhimento dos tributos; agilizar a compensação de créditos tributários federais no pagamento de contribuições ao INSS, permitindo a utilização dos créditos por declaração das empresas; reduzir as alíquotas do Imposto de Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito; disciplinar a utilização dos recursos das reservas internacionais do Banco Central, e adequar os instrumentos oficiais de financiamento para exportação às necessidades das empresas, com a ampliação dos recursos destinados às linhas oficiais, a redução dos custos, a simplificação e a maior divulgação das

linhas disponíveis.

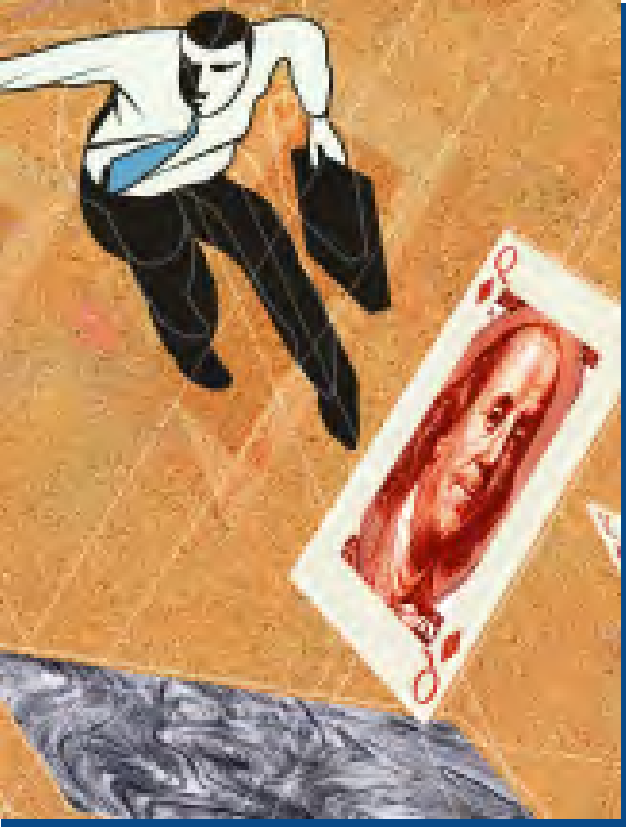
Algumas dessas propostas já estão sendo consideradas pelo Executivo, representando, entretanto, muito pouco ante o apontado como primordial na atual emergência.

Numa visão macro, bem mais ampla, a atual crise internacional, que tantos bilionários prejuízos e outros transtornos provoca no mundo inteiro, é financeira e não econômica. O chamado "valor de mercado de uma empresa na bolsa" não significa o seu verdadeiro valor econômico, este sim, real e ético, construído com muito trabalho ao longo do tempo, representado pelos seus ativos operacionais e humanos, pela qualidade de seus processos de produção e de seus produtos, pelos serviços que presta, pela posição que ocupa no mercado, pela sua marca, pela sua gestão e estratégia de decisão.

Nos últimos anos, entretanto, impôs-se o valor financeiro sobre o econômico. Os fundos de investimento, ao manipular trilhões de dólares, conseguiram, com seu poder financeiro, alterar os valores de ações, moedas, commodities e outros ativos da economia, com extrema facilidade, nos mercados presentes e futuros, influenciando negativamente os valores e preços de bens e serviços.

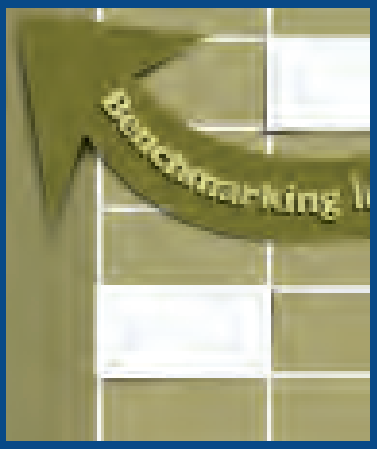
Exemplo vivo desse absurdo ocorre com o barril de petróleo, elevado de forma irreal a mais de US$ 160, para despencar, agora, a cerca de US$ 65. Nada explica tal disparate, a não ser a especulação. Ações assim distorcem o mecanismo do mercado, prejudicando o funcionamento do sistema econômico e, sobretudo, as bases do capitalismo e da sua livre iniciativa.

Por isso, em todos os lugares, tornam-se essenciais controles mais rígidos por parte dos governos sobre essas operações/transações financeiras, que adulteram valores e preços, criando riqueza com base falsa, distribuindo lucros inexistentes e destruindo riquezas verdadeiras, sonhos e poupanças populares. ■



CAPA

24 O desmonte literal do grande castelo de cartas construído pela especulação financeira sem fronteiras, resultado do seu divórcio em relação ao lado real da economia, afeta o dia-a-dia das empresas por meio do virtual estrangulamento do crédito, com conseqüente elevação de seu custo, e pela turbulência no mercado de dólar. A economia goiana também acusa o golpe e as previsões incluem tempos de menor crescimento a partir do último trimestre do ano.



BENCHMARKING

12 Exigência do mercado, empresas passam a adotar o programa Benchmarking Industrial (BI), que tem como objetivo reforçar os fundamentos que dão sustentabilidade e competitividade a sua operação. A ferramenta ganha adeptos também em Goiás, onde as empresas preocupam-se cada vez mais com a gestão do negócio, visando resultados de excelência.

índice

CURSOS OFERECIDOS

ESPECIALIZAÇÃO

14 O Senai Goiás passa a oferecer nada menos do que 13 cursos nas áreas de gestão de comércio exterior, segmento que impõe desafios para as empresas que pensam em continuar crescendo, e de manutenção de aeronaves, pós-graduação inédita no País. As especializações vêm sendo oferecidas pelas faculdades de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg) e Ítalo Bologna, ambas em Goiânia, e Roberto Mange, em Anápolis.

METROLOGIA

22 Você já parou para pensar por que os plugues sempre se encaixam nas tomadas? Ou o que explica o fato de um parafuso poder ser atarraxado na turbina de um Boeing ou no liquidificador de sua casa? A metrologia está por trás disso, cumprindo o papel fundamental de assegurar a qualidade e a segurança dos produtos e serviços oferecidos no mercado.

ENTREVISTA

8 James Teboul, especialista francês, professor da renomada escola de negócios Insead e autor do livro *Serviços em Cena - O diferencial que agrega valor ao seu negócio*, dá sua receita para que as empresas consigam se diferenciar da concorrência, fugindo do "mar de mesmice" ao aliar serviços de qualidade e alto valor agregado à produção convencional.

DESENVOLVIMENTO SINDICAL

41 A Fieg e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) desenvolvem em Goiás, desde agosto, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), com o objetivo de reestruturar a organização e modernizar os sindicatos, capacitar lideranças e formar novos líderes com visão do mundo sindical e empresarial.

INOVAÇÃO

40 As empresas goianas que venceram o Prêmio Goiás de Inovação e foram qualificadas para o Prêmio Finep de Inovação - Centro-Oeste guardam uma característica em comum. Elas investem mais de um quinto de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores.

expediente

GOIASINDUSTRIAL

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Joelma Pinheiro

Edição
Lauro Veiga Filho

Subeditor
Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Débora Orsida, Divina Rosa, Jávier Godinho

Colaboração
Welington da Silva Vieira

Fotografia:
Sílvio Simões

Projeto gráfico
Wesley Cesar

Diagramação e produção
Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3242-9095
www.clarimcomunica.com.br
contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade
SBF Produções
Sebastião Batista Filho
(62) 3293-2159
(62) 3233-1352

Fotolito e impressão
Gráfica Talento

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente
Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:
www.sistemafieg.org.br

E-mail
fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente: Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiaí, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:
nureaps@sistemafieg.org.br

SESI
Serviço Social da Indústria
Diretor Regional:
Paulo Afonso Ferreira
Superintendente:
Paulo Vargas

IEL
Instituto Euvaldo Lodi
Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

ICQ BRASIL
Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor Regional: Dan iel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente
Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente
Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente
Wilson de Oliveira

3º vice-presidente
Ivan da Glória Teixeira

1º secretário
Hélio Naves

2º secretário
Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro
Antônio de Sousa Almeida

Diretores
César Helou
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Marley Antônio da Rocha
Joviano Teixeira Jardim
Frederico Martins Evangelista
Jorge Luiz Biasuz Meister
Aluísio Quintanilha de Barros
João Essado
Flávio Paiva Ferrari
Eduardo Cunha Zuppani
Laerte Simão
Luiz Antônio Vessani
José Vieira Gomide Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Eurípedes Felizardo Nunes
Aldrovando D. de Castro Júnior
José Magno Pato
Domingos Vilefort Orzil
Roberto Guimarães Mendes
Raimundo Viana Dutra
Carlos Alberto Diniz
Humberto Rodrigues de oliveira
Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal
Waldyr O'Dwyer
Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI
Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de representantes junto à Fieg
Abílio Pereira Soares Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto de Araújo
Carlos Roberto Viana
César Helou
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Domingos Vilefort Orzil
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Ernane Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Francisco de Paula e Silva
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Heno Jácomo Perillo
Jaime Canedo
Jair Rizzi
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Nunes Neto
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Francisco de Souza
José Luiz Martin Abuli
José Lima Aleixo
José Magno Pato
José Romoaldo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Mário Drummond Diniz
Marley Antônio Rocha
Mário Renato Guimarães Azeredo
Nelson Pereira dos Reis
Onofre Andrade Pereira
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Roberto Elias de Lima Fernandes
Rubens Luiz Bernardes
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sebastião Elias Barbosa
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Presidente
Ivan da Glória Teixeira
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente
Presidente
Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infra-Estrutura
Presidente
Roberto Elias de Lima Fernandes
Vice-Presidente
Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política Econômica
Presidente
Beyle de Abreu Freitas
Vice-Presidente
Marley Antônio Rocha

Conselho Temático de Relações do Trabalho
Presidente
Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa
Presidente
Humberto Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente
Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social
Presidente
Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios
Presidente
André Luiz Baptista Lins Rocha

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais
Presidente
Heribaldo Egídio
Vice-Presidente
Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem
Presidente
Alexandre Costa
Vice-Presidente
Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás
Presidente
Heribaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO
Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Diniz
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Fábio Rassi
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA
Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3092-4477
agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO
Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia-GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

Anápolis

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiaí, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br

SIAA
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SINDIFARGO
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Gonçalves

SIMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Professor da Insead e autor do livro *Serviços em Cena - O diferencial que agrega valor ao seu negócio*

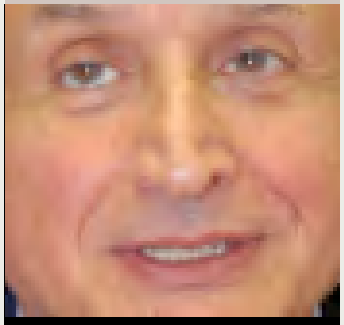
Remando contra a mesmice

■ *Lauro Veiga Filho*

A tendência de padronização no mundo industrial cria oportunidades, mas pode representar ameaça à sobrevivência de empregos e empresas. Para se manter no negócio e conquistar espaços no mercado, as corporações deverão remar contra o "mar de mesmice", criando diferenciais ancorados na capacidade de oferecer ao cliente serviços de qualidade. Isso significa – ensina um dos "papas" mundiais no gerenciamento de mudanças e estruturação de cadeias de fornecedores, James Teboul – reforçar a área de frente das companhias, com criatividade. Professor da renomada escola francesa Insead, Teboul falou à imprensa antes de dirigir-se a uma ansiosa platéia, na sede da Fieg, em evento promovido pelo IEL Nacional.

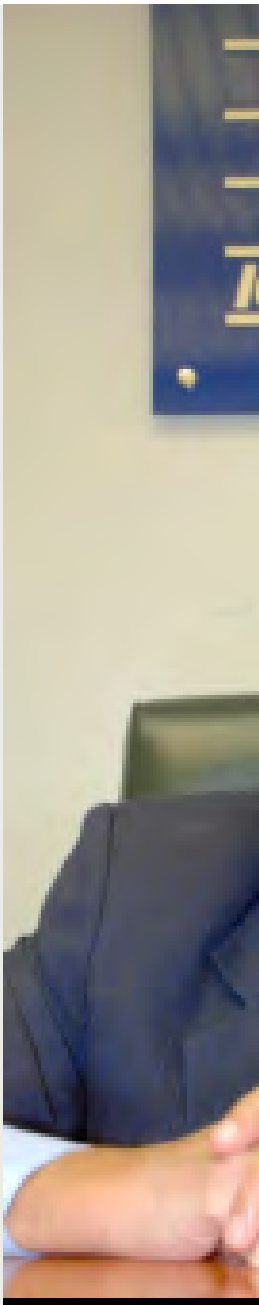
Goiás Industrial – Atualmente, pode-se afirmar que os serviços agregados ao negócio chegam a ser mais importantes do que o produto em si?

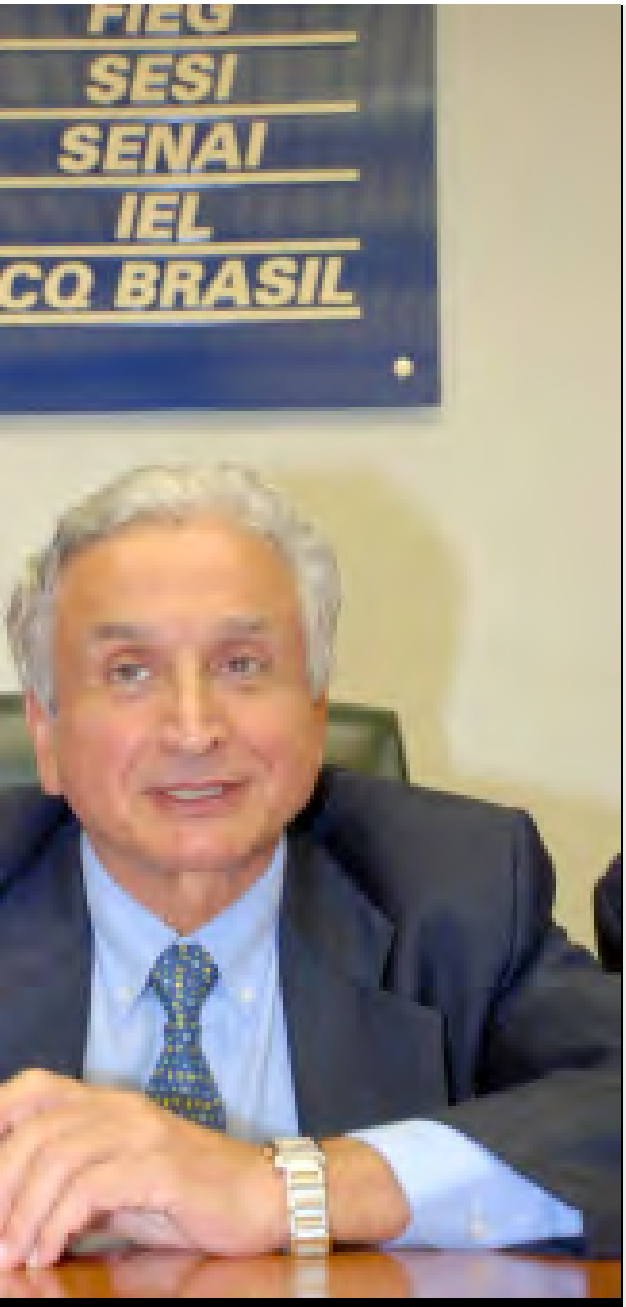
James Teboul – Temos uma tradição de organizar a economia em setores. A economia hoje é usualmente divida em três setores: agricultura, indústria e serviços. Colocamos as companhias nessas "caixas", o que não é muito útil. Porque, se formos encaixar a IBM na categoria de indústria, a empresa não se reconhecerá ali. Hoje, a IBM produz poucos computadores e se transformou, principalmente, em uma empresa prestadora de serviços e de consultoria. Durante muitos anos, observou-se que essa forma de organizar a economia e as companhias, selecionando-as nessas caixas, não era uma maneira muito inteligente de definir as organizações empresariais. O livro que escrevi busca apenas encontrar uma nova definição de serviços. Mesmo quando somos supostamente apenas uma companhia de serviços, temos ali aspectos de serviços e aspectos de produto. E quando somos supostamente uma companhia industrial, também encontraremos nela aspectos de produto e aspectos de serviços. Algumas vezes, a vertente serviços de uma empresa não é simplesmente levada em consideração. Mas freqüentemente essa é uma forma de criar diferenciação. Se formos capazes de mudar a perspectiva de avaliação das companhias, se conseguirmos alterar o paradigma, poderíamos dizer que nós todos estamos, mais ou menos, no setor de serviços. Essa é a idéia. Assim que for possível entendermos o mundo dos serviços e o das indústrias, você estará apto a mudar as coisas em sua organização, porque são duas culturas diferentes. Portanto eu diria que, se você fabrica produtos, precisará dos serviços. E vice-versa. Se você presta um serviço, precisará também de um produto.



"Se você terceiriza o serviço, perde uma vantagem competitiva crítica em seu negócio. Nunca devemos deixar que pessoa alguma se interponha entre a empresa e o cliente"

Goiás Industrial – Como a





"Se uma empresa oferecer mais facilidades para transacionar do que outra, então o consumidor vai optar pela empresa com a qual é mais fácil fazer negócios"

indústria poderá fazer essa integração entre produto e serviços sem perder o foco de seu negócio?

James Teboul – A integração entre produto e serviço é muito difícil, porque são dois mundos muito diferentes. Um deles trata de padronização e divisão do trabalho e o outro diz respeito à personalização e à integração. Ambos devem ser gerenciados de forma diferente, porém, mais tarde, deverão ser alinhados. Uma das maneiras de fazer esse alinhamento da área de frente com a área de apoio, que é o que se pode chamar de lado do produto e o lado do serviço, é primeiro pedir ao cliente que seja mais razoável e não oferecer tantas opções assim, como a Ford fez com seus clientes. O consumidor pode escolher a cor que quiser, desde que seja a preta. Ou, então, solicitar à área de operações que seja mais flexível. A isto chamados de "personalização de massa", que é o caminho para se fazer a conexão entre esses dois mundos.

Goiás Industrial – Há uma tendência, que talvez não prevaleça mais hoje, de as grandes companhias terceirizarem partes de seus negócios não diretamente relacionados com seu "core business", especialmente no caso da prestação de serviços. Como o senhor analisa essa tendência?

James Teboul – Esse tipo de prática permite que se cometa um erro muito grande, porque a parte de serviços de uma empresa é que permite o contato com o cliente. Se você terceiriza o serviço, perde uma vantagem competitiva crítica em seu negócio. Nunca devemos deixar que pessoa alguma se interponha entre a empresa e o cliente. Quando a empresa tem o cliente na mão, ela detém o poder. Portanto, não terceirize seu serviço. Mas, você pode escolher a terceirização como alternativa quando o que você faz transforme-se em algo padronizado, que é parte, digamos, de fundo da área de serviços. Quando você realiza um serviço, há uma parte de contato com o cliente, que é um encargo da área de frente de sua empresa. E há outra parte, mais operacional, ainda na área de serviços, que não deve ser terceirizada. Se você tomar o exemplo de uma grande seguradora, pode-se dizer que essa é uma empresa da área de serviços, que atua no setor de seguros, evidentemente. Há uma parte da empresa que mantém contato direto com o cliente, que podemos chamar de serviço puro. Mas há uma parte por trás de tudo isso, com funções desempenhadas por funcionários chamados de "colarinho branco", que pode ser terceirizada. Porque essas funções de tornaram padronizadas. Quando se discute terceirização, é preciso tomar muito cuidado sobre o que é que se está falando precisamente. Pode ser um risco muito grande terceirizar o seu call center. Ao mesmo tempo, pode ser a melhor decisão a tomar, se o que sua companhia faz tornou-se, sob o ponto de vista do mercado, muito técnico e padronizado. Este é um dos motivos pelos quais se deve ter uma definição clara do que é serviço.

Goiás Industrial – As operadoras de telefonia haviam tomado a decisão de terceirizar seus call centers e hoje estão revendo essa política.

James Teboul – Exatamente por essa razão. No caso das empresas de

telecomunicações, tem-se o relacionamento com clientes, que é muito importante e crítico para o sucesso do negócio, e uma outra parte que é mais técnica e padronizada. Pode-se fazer três coisas, então: primeiro, terceirizar; segundo, pedir ao computador que faça por você; e, terceiro, pedir ao cliente para fazer. Algumas vezes, o cliente adora.

Goiás Industrial – Qual a maneira mais inteligente de fazer isso?

James Teboul – Depende de seu negócio, do nível de competição, depende da localização, da padronização do serviço. Há muitos, muitos fatores. Mais uma vez, o que é importante, é que não há respostas prontas. Mas introduzi uma nova perspectiva, uma nova forma de enxergar esse processo. Por esse caminho, torna-se mais fácil tomar uma decisão. O problema que temos nos negócios é sua própria dinâmica. O que parece ser uma boa solução hoje pode não ser amanhã. Temos de ser muito flexíveis, já que o mais importante é a dinâmica, o vetor inercial do processo.

Goiás Industrial – De que forma o e-commerce se integra nesse processo?

James Teboul – A explosão do e-commerce é muito interessante. Há uma problemática com a área de serviços que os especialistas chamam de serviço puro, o que chamo de área de frente, porque é difícil aumentar a produtividade nesse segmento. Se você vai a um cabeleireiro, ele demora meia hora para fazer seu trabalho. Era esse o mesmo tempo requerido há cinco anos e daqui há cinco anos, muito provavelmente, ele vai continuar exigindo meia hora para concluir um serviço. Como, então, incrementar a produtividade? Esse é um grande problema, porque constantemente é dito que não se pode aumentar a produtividade no setor de serviços. Mas, se a intenção é incrementar a produtividade, é preciso olhar para a área de apoio e não para a área de frente. Nesta última área, para aumentar a produtividade, você pode reduzir o contato com o cliente final, passando de um relacionamento face-to-face (um para um) para um call center. Em seguida, a empresa pode migrar para um contato por meio da internet. O grande atrativo da rede mundial de computadores é que ela torna possível utilizar o cliente de modo a que ele faça negócios por você.

Goiás Industrial – De que forma?

James Teboul – Vou dar um exemplo. Na eBay, o consumidor é que faz o trabalho pela empresa. Ele faz o embrulho, envia para o correio, faz a publicidade e até o mesmo controle de qualidade, com base num sistema de qualificação que permite ao consumidor indicar se o serviço ou o produto adquirido corresponde ao que havia sido contratado. Na internet, o que se faz é isso. O consumidor transforma-se em co-produtor e é assim que se aumenta a competitividade.

Goiás Industrial – Esse novo conceito se aplica a qualquer tipo de indústria, incluindo setores mais tradicionais?

James Teboul – Exatamente, a qualquer tipo de indústria. Mesmo no meu caso, meu trabalho está sob risco. A IBM está terceirizando a educação via internet e os funcionários adoram, contanto que seja padronizado. Quando a questão envolve interação e questionamento, aqui sim o professor se torna necessário. Portanto, é uma mudança que está ocorrendo na educação e o mesmo ocorre com os médicos. Quando você tem algum problema de saúde, uma consulta à internet permite acesso a todas as informações a

> "A ECONOMIA HOJE É USUALMENTE DIVIDA EM TRÊS SETORES: AGRICULTURA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS. COLOCAMOS AS COMPANHIAS NESSAS 'CAIXAS', O QUE NÃO É MUITO ÚTIL"

respeito de sua doença e você saberá mais do que o médico. Então, qual será o papel do médico? Temos de pensar sobre essa mudança de papéis, porque isso está acontecendo em alta velocidade.

Goiás Industrial – O setor de produção estará apto a entender e a aceitar essa nova concepção de seu negócio?

James Teboul – Claro, as empresas terão de entender, porque é a direção que o mundo está seguindo. Para quem produz, isso não significa, novamente, que não existe serviço envolvido na operação. Há produção mais serviço, sendo uma questão de escolher se a empresa vai oferecer mais produção ou mais serviço. Em outro exemplo, se você quer dinheiro, mas não quer ter contato com funcionários do banco, pode fazer o saque em um caixa automático, porque você já sabe o que pode esperar. A velocidade dessas mudanças será acelerada. Mesmo empregados de "colarinho branco" que vemos nos prédios comerciais hoje têm sua ocupação sob risco neste momento – se o emprego deles se transformar em alguma coisa padronizada. Eles terão de ser mais inovadores e esse é o nome do jogo daqui para frente: inovação e criatividade, individualização.

Goiás Industrial – Que tipo de diferenciação uma indústria deveria adotar para preservar seu lugar no mercado?

James Teboul – A diferenciação necessária pode ser muito pequena, mas determinante. Se a sua indústria fabrica um excelente produto, seu concorrente faz mais ou menos a mesma coisa, porque o mundo vivencia, hoje, um mar de mesmice. Então, como diferenciar-se? Uma das formas seria criar facilidades para se transacionar. Se uma empresa oferecer mais facilidades para transacionar do que outra, então o consumidor vai optar pela empresa com a qual é mais fácil fazer negócios. É importante tomar cuidado e prestar atenção não apenas no produto, mas também na área de frente da empresa e no contato com o cliente. O que chamo de serviços deve ser entendido como a área de frente das empresas, o setor que responde pelo atendimento ao cliente. Esta é a parte mais visível do negócio, o que chamo de "momento da verdade", a hora crítica, definida pela forma como a empresa se relaciona com o mercado e com seus clientes. Na verdade, há vários "momentos da verdade" e basta um deles não dar certo para destruir toda uma relação.

Goiás Industrial – A divisão tradicional entre indústria, comércio e serviços tende a acabar?

James Teboul – Não, porque estamos acostumados a ela e deve continuar sendo utilizada na macroeconomia. Mas quando se trata do negócio, se você coloca sua empresa como uma indústria ou como prestadora de serviços, não quer dizer muita coisa. Mas se você souber quanto de relacionamento ou quanto de contato sua empresa está disposta a oferecer na área de frente, esta será uma decisão crítica, porque são dois mundos muito diferentes. Voltemos ao exemplo da IBM. O pessoal da área de apoio, que responde pela montagem de computadores, está sendo solicitado a migrar para a área de frente para atuar como consultores, o que é uma mudança fantástica para se ter um mesmo nível de qualidade. É esse tipo de questão que deve ocupar a atenção das empresas, especialmente no momento de contratar pessoas. Deve-se ter em mente um horizonte de longo prazo. ■

Um olho no negócio, outro no concorrente

Ferramenta de gestão possibilita a empresas planejar crescimento, corrigir rotas e acessar financiamentos

■ *Célia Oliveira*

A frase-título, embora sugestiva e antiga, é também reflexiva, ainda contemporânea e passível de aplicação na gestão de qualquer empresa e, especificamente, em indústrias de médio e grande porte. Isso se dá por meio do Benchmarking Industrial (BI), programa que visa o fortalecimento da sustentabilidade e da competitividade da indústria. O modelo ganha cada vez mais relevância no cenário de negócios no País e em Goiás, com empresas optando por essa ferramenta de gestão para chegar a resultados de excelência.

Estímulo a uma visão ampla e de quebra de barreiras, o Benchmarking Industrial ensina a empresa a pensar para fora de seu muro, fortalecer o espírito sistêmico e a responder a uma série de questões do planejamento estratégico que levam à elaboração e execução de um plano de ação, explica a coordenadora de consultoria empresarial do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) Goiás, Vera Lúcia de Oliveira.

A trilha desenhada a partir da aplicação da ferramenta insere a empresa num verdadeiro campo de batalha pela sobrevivência mercadológica, a partir da comparação de seu desempenho com o do concorrente do mesmo setor. "Devido às mudanças ocorridas nos últimos anos, tornou-se indispensável parar, olhar e refletir sobre os rumos da empresa", alerta Vera Lúcia de Oliveira.

Empresas goianas, como Goiarte, Scitech e Brasilata, investiram na ferramenta de gestão, usada por 34 países, identificaram áreas que precisavam de melhorias e tiveram facilitada a tomada de decisões estratégicas para a definição ou correção de rota.

"A ferramenta ofereceu resultados que permitiram a empresa ver seu posicionamento em excelência de gestão em relação às líderes mundiais do setor", comenta o gerente geral da Brasilata, Ângelo Landim Júnior. A indústria de embalagens metálicas, com três unidades no País, formou equipe para colocar em prática as sugestões indicadas.

A Scitech Produtos Médicos usou a ferramenta em 2007 e gerou planos de ação para aperfeiçoar áreas que eram deficientes, como prazo de entrega e qualificação de fornecedores. De acordo com o gerente de projetos, Luciano Curado, a decisão de aplicar o BI foi tomada a partir da possibilidade de ter referências para acertar a rota com foco e equilíbrio.

Para o diretor da Goiarte Artefatos de Cimento, Marley Antônio Rocha, o BI foi a oportunidade de conhecer a posição dos concorrentes e melhorar a colocação da empresa, que em 2007 ultrapassou a marca de 46 mil m^3 na produção de concreto.

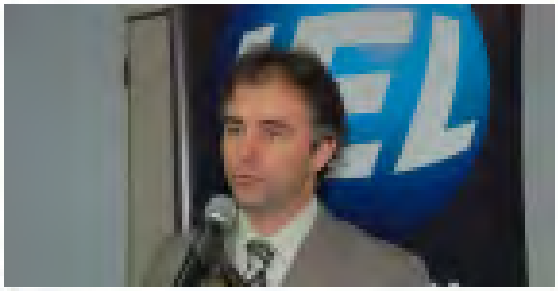
Uso da ferramenta facilita crédito

Diferencial é o que ganham empresas que aplicam o BI e pleiteiam financiamento para projetos de desenvolvimento tecnológico. De acordo com o chefe de departamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Oswaldo Cantini, a indústria que passa pelo estudo de benchmarking é beneficiada no incremento da gestão, na incorporação da inovação no planejamento diário. "Ganha também na possibilidade de captação de recursos junto a agências de fomento como a Finep, uma instituição pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia", acrescenta.

Conforme Cantini, os recursos existem e a Finep atua na indução de atividades de inovação, essenciais para o aumento da competitividade do setor empresarial. Ele lembra, no entanto, que as empresas precisam estar preparadas antes, terem de fato a inovação como elemento do cotidiano. Cantini explica que a aprovação de Lei de Inovação, em 2004, e sua regulamentação, em 2005, permitiram à agência operar o chamado instrumento da subvenção econômica, o que tornou possível financiar a aplicação do conhecimento para inovação no mercado. Em 2008, em uma primeira fase finalizada em agosto, a Finep divulgou edital nacional da subvenção econômica, com recursos da ordem de R$ 450 milhões, porém, poucos projetos foram qualificados.

Empresas
- Goiarte
- Orsa
- Alca Fo
- Caram
- Comig

"O Ben
discuss
venda
melho



"A análise da prática x performance fez a empresa sair do estilo viver com sorte, principalmente na gestão".

Ângelo Landim Júnior, *gerente da Brasilata*

nchmarking Industrial

"'"A oportunidade de participar do estudo levou a empresa a uma estruturação nos processos e no quadro técnico".

Marley Rocha, diretor da Goiarte

s que aplicaram o BI

- e
- ods
- uru
- o
- Brasilata
- Scitech
- Genix
- Tintas Linertex
- Cicopal Alimentos

- Para aplicar o Benchmarking Industrial contate o IEL Goiás: (62) 3219.1443 / 1430

nchmarking gerou nova são para o processo de ao cliente e com isso ramos 30%".

Luciano Curado, *gerente de projetos da Scitech*

Lá fora. E no ar

Senai Goiás passa a oferecer pós-graduação em gestão de comércio exterior e de manutenção de aeronaves, totalizando 13 cursos

Gestão de comércio exterior e de manutenção de aeronaves são as duas novas pós-graduações do Senai em Goiás, que passa a oferecer 13 cursos nessa modalidade (*veja quadro*). As especializações são oferecidas nas Faculdades de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg) e Ítalo Bologna, ambas em Goiânia, e Roberto Mange, em Anápolis, ao lado de cursos de aprendizagem industrial, qualificação profissional e aperfeiçoamento.

Implantada em parceria com o Centro Internacional de Negócios de Goiás (CIN), da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), a pós-graduação em gestão de comércio exterior teve aula inaugural no dia 19 de setembro, na Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg). Com duração de 15 meses, a especialização visa formar profissionais para atender às necessidades das empresas goianas que lidam com exportação.

"O crescimento da economia nacional e o conseqüente aumento do volume de exportações têm tornado o cenário favorável aos interessados nas atividades de operação, análise e compreensão do mercado externo. Goiás tem se destacado na pauta de exportações do País. Por isso é fundamental buscar maior preparação para atuar nessa área de negócio", observou o presidente do Porto de São Francisco (SC), Paulo César Côrtes Corsi, que durante a aula ministrou palestra sobre o tema Infra-Estrutura Portuária e o Comércio Internacional.

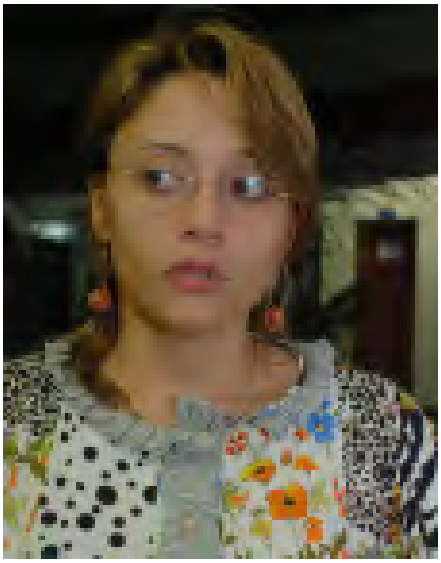
Ex-diretor de Logística do Ministério dos Transportes, Paulo César fez especializações em planejamento de transportes na Universidade de Turim, na Itália, e em gerenciamento portuário no Porto de Roterdã (Holanda).

Para ele, apesar do bom momento econômico, o Brasil ainda precisa modernizar e dinamizar muito sua rede logística para competir com outros países na corrida por novos mercados. "Disputar espaço e se sobressair nesse concorrido comércio internacional não é tarefa fácil, mas com planejamento é possível superar alguns obstáculos. Como a maioria da nossa produção é exportada por via marítima, temos de construir mais portos para atender à crescente demanda e investir em plataformas intermodais", explicou.

CULTURA, FINANÇAS E TECNOLOGIA

A primeira turma da nova pós-graduação é formada por 32 alunos. A programação do curso abrange as disciplinas de práticas de exportação e despacho, análise de cenários, fundamentos das operações de comércio exterior, gestão de pessoas e diversidade cultural, negociação internacional, finanças corporativas e internacionais, entre outras.

A Fatesg lançou também os cursos de gestão da industrialização de açúcar e álcool, TI e de gestão da construção de edificações.



Flávia, analista de sistemas: "É fundamental ter um diferencial para se sobressair"

Corsi: com planejamento é possível superar alguns obstáculos no comércio internacional

Tecnologia da informação, gestão da construção de edificações e na área de produção de açúcar e álcool - novos focos da Fatesg

CURSOS OFERECIDOS

PÓS-GRADUAÇÃO

- Gestão da Industrialização de Açúcar e Álcool
- Tecnologia em Processos Químicos
- Engenharia de Segurança no Trabalho
- Gestão Ambiental
- Gestão da Produção
- Gestão Empresarial
- Logística Empresarial
- Segurança em Redes de Computadores
- Gestão em Tecnologia da Informação
- Gestão da Construção de Edificações
- Gestão em Comércio Exterior
- Gestão de Manutenção de Aeronaves
- Gestão Estratégica de Design

Curso inédito no País

Segundo maior pólo de manutenção de aeronaves do País, de acordo com o Aeroclube de Goiás, o Estado necessita cada vez mais de profissionais especializados para atuar no segmento. Para atender a essa crescente demanda, o Senai e o Aeroclube iniciaram no dia 9 de setembro a pós-graduação em gestão de manutenção de aeronaves. A nova especialização abre caminho para implantação da graduação tecnológica em manutenção de aeronaves, que deverá ser lançada no segundo semestre de 2009.

Inédita no País, a programação dos cursos será ministrada pela Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, em hangar cedido pela Infraero no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia. Ao todo, 21 alunos integram a primeira turma da pós-graduação, que tem por objetivo qualificar profissionais ligados à aviação civil, engenharia aeronáutica, mecânica e eletroeletrônica.

Durante a aula inaugural da especialização, o coordenador do curso e integrante da diretoria do Aeroclube de Goiás, Ivan Duarte, ressaltou a importância da parceria com o Senai para consolidação da iniciativa. "Sem a instituição não teríamos conseguido atingir nosso objetivo, que é capacitar mão-de-obra para atender à expansão do parque aeronáutico goiano. Só perdemos para São Paulo em número de empresas que prestam serviços em manutenção de aeronaves", revelou.

Aula inaugural: espescialização abre caminho para a implantação de graduação tecnológica

O diretor da Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, Marcos Mariano, lembrou também que a formação de especialistas visa dar suporte à realização do curso superior em manutenção de aeronaves. "Essa primeira turma da pós-graduação pode e deve fazer parte do nosso quadro de docentes do tecnólogo, cumprindo com uma das principais exigências do Ministério de Educação para autorização da graduação tecnológica."

Para Bruno Graziano, de 22 anos, a pós-graduação em gestão de manutenção de aeronaves é o primeiro passo para realização de um sonho antigo - ser piloto de avião. "Quis fazer o curso porque quero aprender a parte técnica da manutenção e me manter na área para ser um piloto melhor preparado", disse.

Analista de sistemas, Flávia Domingos trabalha há cinco anos na área de controle técnico de manutenção de aeronaves. Com a especialização, ela pretende aprimorar seus conhecimentos e agregar valor a sua formação. "Em um mercado concorrido, é fundamental ter um diferencial para se sobressair".

CURSO DE PÓS-GRADUÇÃO: CRESCIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR AMPLIA DEMANDA POR PROFISSIONAIS DO SETOR

Cultura esportiva: desde o ano passado, mais de 5,5 mil jovens foram mobilizados pelo programa

Atletas de futuro

Sesi e indústrias promovem formação esportiva com o objetivo principal de promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes

O Sesi Goiás realiza o Projeto Atleta do Futuro (PAF), em parceria com 23 indústrias em nove cidades no Estado, visando proporcionar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e contribuir para a ampliação da cultura esportiva e a melhoria da qualidade de vida da população. A iniciativa, que foi criada em 1991 pelo Sesi São Paulo e implantada em Goiás no ano passado, mobiliza 5.520 participantes na faixa etária de 7 a 14 anos em Alto Horizonte, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Itumbiara, Minaçu, Niquelândia, Rio Verde e Trindade.

Durante dois dias por semana, no período da manhã ou da tarde, crianças e adolescentes são envolvidos em uma série de atividades esportivas, como natação, futebol, ginástica e vôlei. Cerca de 50 profissionais, entre estagiários e professores de educação física, cuidam da realização do Projeto Atleta do Futuro em Goiás.

Segundo a gerente de lazer do Sesi Goiás, Aida Inácio Fernandes, o projeto está centrado na formação de cidadãos, futuramente adultos ativos e conscientes da importância de cuidar da saúde e do bem-estar. "O Sesi leva o esporte de forma humanizada para crianças e adolescentes. Passamos para elas os valores que encontramos na prática esportiva, como união, ética, compromisso, responsabilidade, espírito de equipe, ensinamentos que serão aplicados durante toda a vida", diz.

O coordenador de lazer do Sesi Jaiara em Anápolis, Eliel de Souza Ramos, ressalta que um dos benefícios do projeto é o resgate social por meio do esporte. "Acredito que os valores inerentes à prática esportiva podem ser incorporados e desenvolvidos no cotidiano de cada criança, não só no momento da prática esportiva, mas no ambiente familiar, na escola, na comunidade. Sem falar no ganho com respeito à adoção de um estilo de vida mais ativo, o que contribui diretamente para o bem-estar".

Uma das empresas que apóiam o projeto, desde 2007, é a Halex Istar Indústria Farmacêutica de Goiânia, primeira a aderir e atualmente com 160 participantes no PAF, dos quais 80 filhos dos trabalhadores e 80 crianças da comunidade em que a empresa está localizada, no Bairro Caiçara, e de bairros vizinhos.

"Investir em ações como essa é importante para nós por vários motivos. O principal é dar acesso a atividades de cultura, esporte e lazer para as crianças, sejam elas da comunidade ou filhos de nossos colaboradores, que por diversas razões não tinham uma programação extra-curricular e recreativas com profissionais devidamente qualificados", destaca a professora Gisele Lima, coordenadora executiva do Instituto Halex Istar.

Para a auxiliar de produção da indústria, Ivanete Passos dos Santos Berenguel, 34 anos, o Programa Atleta do Futuro é mais do que uma ajuda, é fundamental para a formação do filho dela, Yuri Santos Berenguel, 7 anos, um dos beneficiados. "Eu aprovo esse trabalho do Sesi com a Halex Istar pois consegue atender as nossas necessidades de oferecer aos filhos atividades esportivas, orientação sobre hábitos alimentares e muito mais", afirma, acrescentando que se não fosse o programa, seu filho ficaria em casa sem desenvolver nenhuma atividade.

Eliane Soares de Paula, de 33 anos, auxiliar administrativo da Halex Istar, dá nota dez ao PAF e conta que seu filho Rafael Soares Gomes, de 7, participa das atividades do programa com muita alegria. "Para mim, o Atleta do Futuro é de grande importância, pois oferece ao meu filho e a todos os alunos oportunidades de crescimento e aprendizado."

CARRO CEM POR CENTO

Sindicato planeja trazer campanha de manutenção preventiva de veículos para Goiás e conclui projeto para criar conselho automobilístico na Fieg

Instalado em São Paulo, no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Distrito Federal, o programa Carro 100% / Caminhão 100% poderá desembarcar no Estado, por iniciativa do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa). Coordenado pelo Grupo de Manutenção Automotiva (GMA), que reúne entidades da cadeia da reposição automotiva (Sindipeças, Andap, Sicap, Sincopeças-SP e Sindirepa-SP), o projeto foi criado para estimular os motoristas a realizarem manutenção preventiva de seus veículos.

A idéia é que, assim, as rodovias brasileiras ganhariam maior segurança, com conseqüente diminuição de acidentes, e a poluição seria reduzida, evitando-se emissões de gases formadores do efeito estufa. "Goiás tem a maior frota per capita do País e não poderia ficar de fora da campanha", afirma o vice-presidente executivo do Sindirepa, Francisco de Paula. Reforçado por campanhas na mídia, o programa inclui ainda cursos de gestão para empresários do setor de reparação, treinamento e capacitação de mecânicos, em parceria com o Senai.

"No Estado, o Senai da Vila Canaã dispõe de plataforma completa de inspeção, utilizada na formação de mão-de-obra e na promoção da inspeção veicular preventiva", acrescenta Francisco de Paula. De acordo com o vice-presidente executivo do Sindirepa, o foco da campanha é estimular a manutenção preventiva veicular e ambiental, tornando-as obrigatórias. "Brasil e Rússia são os únicos países que não adotam programas de manutenção preventiva de veículos", reforça.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em vigor desde 1998, tornou obrigatória a Inspeção Técnica Veicular, que deveria testar e analisar as condições ambientais e de segurança da frota. Todos os veículos com mais de três anos deveriam passar pela vistoria como condição para seu licenciamento. A vistoria, a ser realizada em postos autorizados, verificará a identificação do veículo, carroceria, estrutura, sistema de freios, sistema elétrico, sinalização, rodas, embreagem, velocímetro, amortecedores, suspensão, pneus, direção e o nível de emissão de gases e ruídos.

CONSELHO TEMÁTICO

Em fase de intensas reuniões com a área técnica da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), a direção do Sindirepa discute a formatação de um conselho temático dedicado ao setor automobilístico. "A proposta é reunir todos os players do mercado de veículos, desde montadoras, empresas de reparação e distribuidoras de autopeças, até órgãos ambientais, passando pelo Detram, Crea-GO, Cefet, Senai e a própria Fieg", detalha Francisco de Paula. A meta é implantar o conselho até meados de janeiro de 2009.

Francisco de Paula: "Brasil e Rússia são os únicos países que não adotam programas de manutenção preventiva veicular"

Conselhos temáticos da Fieg discutem alternativas para reforçar a oferta de energia elétrica e descongestionar o terminal de cargas do Aeroporto Santa Genoveva

Geração: empresas goianas pedem garantia de suprimento de energia elétrica para suportar produção industrial

NO AR,

ENERGIA E AVIÕES CARGUEIROS

Recentemente, a Perdigão viu-se obrigada a contratar 400 grupos geradores para abastecer as granjas de criadores terceirizados no interior do Estado. Com o forte calor, as unidades precisavam de refrigeração para evitar a mortandade de pintainhos, relata Roberto Elias Fernandes, presidente do Conselho Temático de Infra-Estrutura (Coinfra) da Fieg. A oferta de energia foi o tema que ocupou líderes empresariais e presidentes de sindicatos durante a primeira reunião do Coinfra, realizada no final de setembro, tendo como convidado especial Ênio Andrade Branco, presidente da Companhia Celg de Participações (CelgPar), holding que controla as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia do Estado.

Preocupação semelhante também foi levantada pela indústria de cerâmica, prossegue Elias. "Precisamos ter segurança de suprimento para não afetar o desenvolvimento do Estado." Andrade Branco aproveitou o convite para reforçar que o governo já tem definido um plano de investimentos para o setor elétrico, previsto exatamente para reforçar a oferta interna de energia.

No último dia 23 de setembro, durante jantar realizado no Palácio das Esmeraldas, o governo estadual, a Celg Geração & Transmissão e 11 grupos do setor elétrico firmaram termo de compromisso que poderá atrair para Goiás investimentos próximos a R$ 4 bilhões entre 2009 e 2012, agregando ao parque de geração de energia elétrica no Estado uma capacidade equivalente a 807 megawatts (MW).

A assinatura marca a retomada dos investimentos da Celg G&T, subsidiária da CelgPar, na área de geração depois de 11 anos. A estatal e seus novos parceiros - Eletronorte e Andrade Gutierrez, Triunfo

Obras em Corumbá 4: usina tem capacidade para gerar 127 megawatts e reforça abastecimento em Goiás e no Distrito Federal

Participações e Investimentos e Alupar, Velcan Energia, Fuad Rassi Incorporações e Queiroz Galvão, Park Way, Acesa e Minas PCH, além da Construtora Vilela e Carvalho - trabalham na montagem de sociedades de propósito especial (SPEs) para tocar os projetos. No total, aqueles grupos participarão de estudos de viabilidade para implantação de sete usinas, com capacidade nominal para 503 MW, e no levantamento dos inventários e na confecção de projetos básicos para pelo menos mais seis unidades geradoras em Goiás e no Tocantins, com capacidade projetada para 304 MW.

Com a ampliação da usina de Rochedo e o início da operação de Corumbá 3, previsto para fevereiro, acrescentando-se as unidades já em operação e a participação da estatal goiana nos projetos anunciados em setembro, a capacidade de geração da Celg G&T seria multiplicada em mais de 11 vezes, pulando de 18,36 para 208,39 MW.

PROGRAMAÇÃO

Em fase de reestruturação, o Coinfra prepara um calendário de encontros para desobstruir a agenda do setor de infra-estrutura no Estado. Depois da Celg, o conselho pretende reunir-se no dia 25 de novembro com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e com a Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop) para discutir a situação das rodovias estaduais e federais em Goiás, as novas obras previstas para o setor e os atrasos no pagamento de obras de manutenção de estradas.

Em dezembro ou, no mais tardar, no início de janeiro, o Coinfra planeja um encontro com o Ministério de Defesa e com a Infraero para analisar o andamento do processo para retomada das obras do novo terminal aeroportuário de Goiânia. “Desta vez, parece que vão fazer a coisa certa, contratando três licitações diferentes, uma para a construção do terminal, outra para a pista e a terceira para a aquisição de equipamentos, com fingers e esteiras de bagagem”, comenta Fernandes.

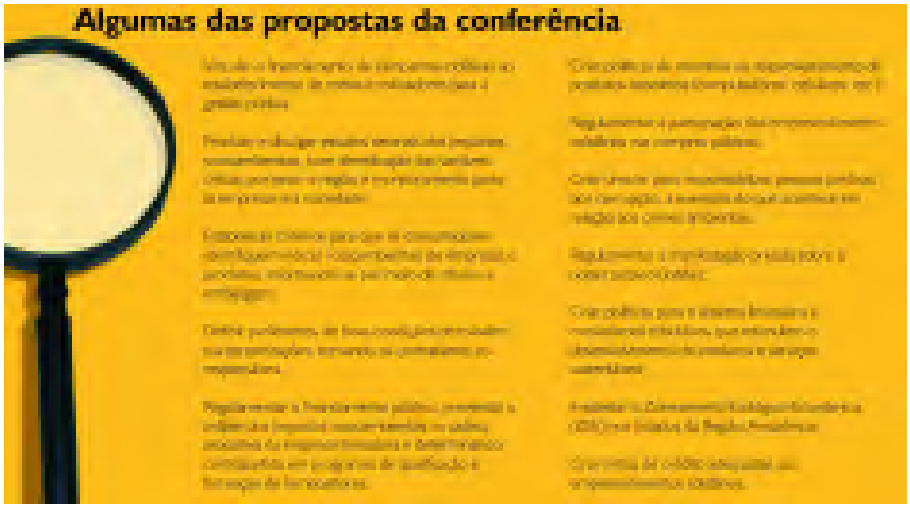
FALTA ESPAÇO PARA CARGAS

Goiás corre o risco de perder exportações para outros centros com capacidade para oferecer terminais aeroportuários de carga adequados à demanda? Para o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Heribaldo Egídio, o risco existe e se torna mais grave quanto mais demoram as obras de expansão do terminal de cargas do atual aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia.

A preocupação levou o conselho a convidar a superintendente da Infraero, Lia Segaglio, para um encontro com empresários do setor, realizado no dia 3 de outubro, na sede da Fieg. Segaglio informou que o terminal vem sendo ampliado e deverá ganhar, de acordo com relato de Egídio, mais 1,5 mil m² de área, ampliando sua capacidade.

Agenda para a década

Encontro discute propostas para o desenvolvimento de mercado socialmente responsável no País



O Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores) da Fieg realiza, no próximo dia 27, na Casa da Indústria, encontro para discutir uma agenda para a responsabilidade social empresarial para a próxima década. O circuito de discussão deverá reunir presidentes, executivos e lideranças do setor industrial, com participação do vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, e dos presidentes da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e do Cores, Antônio Almeida.

Não por coincidência, em 2008 o Ethos e a responsabilidade social empresarial completaram 10 anos no País, colecionando avanços e desafios. Durante a reunião, serão debatidas as propostas levantadas ao longo da Conferência Internacional Ethos 2008, realizada no final de maio, em São Paulo, com o tema Mercado Socialmente Responsável: uma Nova Ética para o Desenvolvimento. O debate prossegue, por meio da internet (www.ethos.org.br), e em encontros como o programado pelo Cores, que lançará, na oportunidade, a segunda edição da Revista Cores.

SAFRAS & Mercado
a consultoria líder do agronegócio brasileiro

Fone: (51) 3224-7039
e-mail: safras@safras.com.br
www.safras.com.br

safras &mercado

Mais e melhores líderes

Numa parceria com a CNI, Fieg desenvolve projeto para modernizar a estrutura sindical e para tornar as entidades mais ágeis e eficientes

A crise parece ter paralisado quaisquer outras discussões, mas a perspectiva de uma reforma sindical e trabalhista continua no horizonte - e nos projetos de lei que tramitam no Congresso. Afinal, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o tema ainda é uma das prioridades do governo. Por isso mesmo, a Fieg, numa parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), desenvolve em Goiás, desde agosto passado, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), que tem como objetivo reestruturar a organização sindical, modernizar as entidades, capacitar lideranças e formar novos líderes com visão do mundo sindical e empresarial.

Na avaliação do assessor dos conselhos temáticos de Relações do Trabalho e de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica Nélson Aníbal Lesme Orué, a evolução experimentada pela atividade sindical e a possibilidade de mudanças na legislação passam a exigir um novo perfil da representação, com mudanças na estrutura dos sindicatos de forma que possam oferecer aos associados serviços de maior valor agregado.

Trata-se de uma questão estratégica, porque, no fundo, sindicatos mais preparados estarão em melhores condições para enfrentar o risco de perda de receitas compulsórias, se e quando as reformas saírem do papel. Para isso será importante que a estrutura renovada dos sindicatos permita que estes realizem um trabalho sólido de atração de associados, atraindo empresas com potencial para participação.

O PDA foi lançado em Goiás em agosto deste ano, prevendo, além da capacitação de lideranças e da modernização dos sindicatos, sua atualização e adequação à legislação; criação de sites na internet para cada um deles; adoção de planejamento estratégico, com assessoria do Instituto Euvaldo Lodi; e a formação de condomínios sindicais.

A idéia, esclarece Nelson, é que os sindicatos instalados no Palácio da Indústria, na esquina das avenidas Anhanguera e Tocantins, possam compartilhar a mesma estrutura administrativa, jurídica e de serviços, a custos mais baixos. “Temos prazo de um ano para implementar tudo.”

PARA CAPACITAR LIDERANÇAS

A programação para 2008/2009 do projeto de capacitação de lideranças sindicais, considerado uma das bases do PDA, envolve oito módulos, dos quais dois foram realizados entre outubro e os primeiros 11 dias de novembro. Os demais ocorrem entre as duas semanas finais de novembro e abril do próximo ano, incluindo desde formação e informações sobre liderança e representação da indústria, defesa de interesses do setor, gestão estratégica, comunicação e marketing, negociação e legislação sindicais até governança, tecnologia e gestão da informação sindical.

A Fieg e a CNI, acrescenta Nelson, pretendem envolver nesse processo o maior número possível entre os 35 sindicatos ligados à federação, formando lideranças representativas, com conhecimento de assuntos referentes ao meio sindical e também ao ambiente empresarial.

Vai um 'sanduba' ou uma turbina?

Quaisquer que sejam os produtos, o Inmetro trabalha para assegurar sua qualidade e conformidade com normas de segurança e de saúde pública

Desde um simples copinho de água mineral à turbina de um avião, do prosaico pão com manteiga aos mais sofisticados aparelhos de ressonância nuclear, de um ursinho de pelúcia a sensíveis instrumentos eletrônicos de precisão. Todos guardam uma característica em comum: alimentos e aparelhos devem seguir normas e medidas pré-estabelecidas, incorporando padrões de qualidade e segurança reconhecidos aqui dentro e lá fora.

Esse fator explica, por exemplo, porque parafusos e porcas, plugues e tomadas se encaixam perfeitamente, esteja você em Sobradinho ou em Estocolmo. A metrologia, ciência que se define como a medição das coisas, está por trás de tudo isso. "Sua função é promover o desenvolvimento nacional, proteger os direitos do cidadão, sua saúde e o meio ambiente, assegurando a qualidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado", resumiu o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada, em palestra a empresários e acadêmicos, na Casa da Indústria, em setembro.

Jornada atendeu a convite da Fieg, do Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil) e da Rede Metrológica Goiás (RMG) para falar sobre metrologia e qualidade como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento empresarial. "Desde 2000, o Inmetro incorporou uma visão nova, que toma como base o conhecimento e a credibilidade, lastreados em excelência em ciência e tecnologia", declarou.

Num mercado cada vez mais exigente e sofisticado, onde barreiras técnicas podem impedir o acesso a mercados cobiçados, as empresas que têm direcionado seus esforços para a produção de qualidade, respeitando padrões de aceitação mundial e normas de boas práticas, certamente alcançarão maior sucesso. O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, reconheceu o serviço de excelência prestado pelo Inmetro. "Seu trabalho é vital para o setor industrial, que tem pela frente o desafio de enfrentar um mercado cada vez mais exigente", afirmou.

"O consumidor no mundo todo e no Brasil, em especial, demonstra consciência crescente em relação à qualidade de produtos e serviços", acrescentou Jornada. O Inmetro tem tentado atender a essa demanda. "Tínhamos quatro a cinco profissionais com PhD nos nossos quadros. Hoje são quase 100 e chegarão a 150 até o final do ano".

O "escândalo do leite"

Imagine se você fosse encher o tanque de seu carro e seu carro estancasse em seguida, porque o combustível não seguia padrões e normas de qualidade. Entre outras áreas, o Inmetro atua para fiscalizar se os produtos se enquadram nas normas e trazem em seu conteúdo precisamente o que prometem no rótulo. Basta lembrar dois exemplos recentes para tornar mais evidente a importância dos órgãos de metrologia.

Na China, quatro bebês morreram e estima-se que meia centena de milhares de crianças foram internadas com pedras nos rins como resultado do consumo de leite e derivados contaminados por melamina, substância tóxica utilizada na fabricação de colas e resinas. Empresas de laticínios fizeram isso para aumentar o conteúdo de proteína em seus produtos, numa prática que incluiu uma subsidiária da gigante Fonterra, cooperativa neozelandesa e maior exportadora de leite do planeta.

O segundo exemplo também veio da China, com os brinquedos condenados por órgãos de proteção ao consumidor em todo o mundo. No Brasil, são conhecidas as irregularidades e "inconformidades" e denunciados semanalmente no programa *Fantástico*, da Rede Globo, os casos envolvendo o consumo de palmito e enlatados sem registro e, mais uma vez, o leite com cloro e soda cáustica, entre outras "impurezas".

Jornada: mercado exigente impõe necessidade de qualificação

"A FUNÇÃO DA METROLOGIA É PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO, SUA SAÚDE E O MEIO AMBIENTE"

O papel do Inmetro lá fora

Quando se trata de discutir barreiras técnicas no mercado global, o Inmetro entra em campo para fazer o trabalho de articulação com a Organização Mundial do Comércio (OMC). Em fases de encolhimento do comércio mundial, como agora, os países tendem a apelar para formas menos ortodoxas de proteção de seus mercados, reforçando a imposição de requisitos técnicos que nem sempre ganham abrigo sob as normas da OMC.

Ainda na arena internacional, o governo brasileiro, com a participação do Inmetro, tem colaborado com a administração norte-americana e com a Comissão Européia, braço executivo da União Européia, na análise e avaliação das especificações, composição e propriedades de biocombustíveis em geral e, em particular, para o etanol. A definição de normas comuns, entre outras vantagens, poderia facilitar o desenvolvimento de um mercado global para combustíveis de fontes renováveis.

Foi criada uma força-tarefa composta por especialistas em normalização e metrologia para examinar os casos do bioetanol puro e do biodiesel. Essa equipe elaborou um relatório onde compara os padrões definidos para aqueles dois produtos nos principais mercados produtores e consumidores. Neste momento, o Inmetro trabalha em conjunto com o Instituto Nacional de Normas e Tecnologia dos EUA (NIST) e com o Instituto para Materiais de Referência e Medidas da Comissão Européia (IRMM) para desenvolver procedimentos comuns de medição, o que envolve a criação de materiais de referência devidamente certificados pelas três partes e o desenvolvimento de métodos analíticos de medição para identificar a origem dos combustíveis.

A "FANTASIA" DE 600 TRILHÕES

S DE DÓLARES

■ *Lauro Veiga Filho*

QUANDO O MUNDO DO "FAZ-DE-CONTA" FEZ DESMANTELAR O LADO REAL DA ECONOMIA, COLOCANDO O MUNDO DIANTE DA AMEAÇA DE UMA RECESSÃO ➡

Excesso de finanças. Embora simplificadoras, as duas breves palavras podem resumir as origens da crise que abala os alicerces da maior economia do planeta e fez literalmente derreter quatro dos cinco maiores bancos de investimento do mundo. Afinal, a hegemonia do mundo financeiro, da economia do "faz-de-conta", no processo de tomada de decisões mundo afora, estabelecendo uma espécie de "ditadura de rentistas", e sua conseqüente primazia sobre a economia real, afundaram a economia global na mais séria crise desde a depressão de 1929.

Para quem olha em retrospectiva, o desmonte estava prenunciado, não só nas análises de Nouriel Roubini, tido como o primeiro e único economista a antecipar a crise, ainda em 2006, quando os preços dos imóveis nos Estados Unidos apenas começavam sua trajetória ladeira abaixo. O desencontro crescente entre o lado real da economia e o mundo de "faz-de-conta" de títulos e derivativos já era um indício de que os tempos de bonança não poderiam ser eternos, como se pensava.

A situação do mercado financeiro indicava um quadro insustentável, agravado pelas operações envolvendo hipotecas de alto risco nos Estados Unidos, estopim da crise em curso. Estudo do McKinsey Global Institute, citado pelo jornal Folha de S.Paulo, mostra que o valor dos ativos financeiros em todo o mundo cresceu praticamente 14 vezes entre 1980 e 2006, saltando de US$ 12 trilhões para US$ 167 trilhões. No mesmo intervalo, o tamanho da economia mundial, medida com base no Produto Interno Bruto (PIB), aumentou 4,8 vezes, passando de US$ 10 trilhões para US$ 48,3 trilhões.

Os números mostram que a economia de "faz-de-conta" passou a movimentar três vezes e meia o valor de toda a riqueza produzida no mundo. Essa diferença, em 1980, como visto, era de apenas 20%. Isso mostra que a montanha de papéis e títulos representativos de dívidas variadas não tem qualquer correlação com o mundo real.

Outros indicadores apontam na mesma direção. Estatísticas do Bank for Internacional Settlements (BIS), considerado o "banco central dos bancos centrais", apontam um volume de ativos e direitos financeiros, desde ações, depósitos variados em poupança, fundos de investimento, títulos públicos e privados e outras formas de riqueza financeira, na casa de estonteantes US$ 596 trilhões em 2007. Não há como imaginar tanto dinheiro. Mas basta um dado como referência. No mesmo ano, o PIB mundial, conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI), havia alcançado US$ 54,6 trilhões, quase 11 vezes menos.

Para Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), houve um claro processo de deslocamento de ganhos do setor produtivo em direção ao sistema financeiro, criando uma "desconexão" entre os dois mundos que tem se revelado de difícil solução. A discrepância entre o lado real da economia e o setor financeiro, ainda que nem todos os papéis em circulação possam ser considerados "bichados", reforça a perspectiva de que essa equação só poderia terminar em desastre, calibrado pela política de desregulação dos mercados.

Crédito, crédito, crédito...

O contágio da economia brasileira e, por tabela, também em Goiás, avalia o economista Reinaldo Fonseca, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), vem se dando principalmente pelo sumiço do crédito em todas as áreas e pela maxidesvalorização forçada do dólar em relação ao real, o que encarece importações. Mas a queda dos preços das commodities agrícolas e metálicas, num ambiente mundial de retração econômica, também tende a penalizar economias como a goiana, que têm suas bases largamente sustentadas pelo agronegócio e pela exploração mineral fortemente exportadora.

A despeito dos esforços empreendidos até aqui, a oferta doméstica de crédito ainda não havia sido normalizada, enquanto as fontes de financiamento externo continuavam retraídas. Desde o agravamento da crise mundial, tornada mais evidente a partir da quebra do Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos EUA, no mercado há 158 anos, o Banco Central (BC) brasileiro acionou um arsenal de medidas para oxigenar a economia, liberando recursos dos depósitos compulsórios.

A proposta era evitar que o dinheiro continuasse "empoçado" nos bancos, neologismo criado pelo mercado para retratar uma situação de liquidez nas tesourarias do sistema financeiro e extrema secura de crédito no caixa das empresas. Somente entre os 29 de setembro e 17 de outubro, a liberação de recursos do compulsório, conforme dados do BC, significou a entrada de R$ 46,172 bilhões.

O problema foi que apenas R$ 5,111 bilhões entraram de fato em circulação, meros 11% do total liberado pelo BC. Além de curto, o crédito ficou mais caro. "Deve-se destacar que, nesse cenário, os bancos não saem perdendo, pois conseguem maximizar seus lucros e não cumprem um papel social. As indústrias vêm sendo prejudicadas na contratação de empréstimos e financiamentos, o que poderá significar que seus projetos de investimento poderão ser revistos ou abortados", avalia o economista Cláudio Henrique de Oliveira, também da Fieg.

Bilhões de reais continuam retidos pelos bancos, estacionados em títulos públicos, apontam economistas e lideranças do setor, o que complica a situação de indústrias que precisam pagar salários, acertar contas com fornecedores, realizar compras essenciais para seu funcionamento. O dinheiro não chegou em volume suficiente para irrigar os negócios simplesmente porque o Banco Central, num excesso de conservadorismo, decidiu "enxugar" os reais, vendendo títulos públicos aos bancos, de forma a evitar que os juros de mercado caiam abaixo da meta de 13,75% estabelecida para a taxa Selic. A dose do remédio, no entanto, pode estrangular as empresas e aprofundar a crise internamente.

A hora de rever os juros altos

O dia 29 de outubro marca o que parece ser um início de reversão da fase mais dramática da crise financeira, embora seus impactos no lado real da economia apenas comecem a surgir. Numa decisão que ajudou a acalmar o mercado de dólar no Brasil, o Federal Reserve, também conhecido como FED, banco central norte-americano, anunciou a liberação de US$ 30 bilhões ao BC brasileiro, numa operação de troca (swap) de reais por dólares.

No mesmo dia, o FED, assim com o Banco da China, reduziu os juros básicos pela segunda vez no mesmo mês, reafirmando uma tendência que vem sendo observada nas principais economias do mundo. Salvo exceções, como a Islândia, que enfrenta dificuldades mais sérias, com seu sistema bancário em colapso.

"Não se pode, num cenário como o atual, sequer pensar em elevar as taxas de juros", sustenta o economista da Fieg Reinaldo Fonseca. Na mesma quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter os juros básicos da economia em 13,75%. Decisão que pode ser vista, mais uma vez, como conservadora, dados os indícios de que o mundo poderá enfrentar não inflação, mas deflação (ou seja, queda generalizada de preços).

Como conseqüência mais imediata da crise, avalia Cláudio

Jogo de cartas marcadas - o passo-a-passo da crise

A ♦

Impulsionados pelo crédito e barato, que circulou com abundância em todo o mundo, mas especialmente nos Estados Unidos, os preços dos imóveis naquele país subiram fortemente nos últimos anos. Mutuários foram estimulados pelos bancos a renovar suas hipotecas, contratando novos financiamentos, em valores crescentes. Os bancos chegavam a devolver dinheiro aos tomadores, referente ao maior valor alcançado por seus imóveis. O dinheiro terminou irrigando o consumo, desviado para a compra de carros, televisores, geladeiras, microondas, etc.

2 ♠

Em seguida, o que se viu foi uma escalada da especulação, motivada pela perspectivas de ganhos fáceis e, aparentemente, inesgotáveis. Com base nas hipotecas contratadas inicialmente, os bancos fabricaram novos títulos, como se fossem notas promissórias, e os venderam a investidores e a outras instituições financeiras (como bancos de investimento, corretoras, fundos). Por sua vez, essas instituições emitiram outros títulos, lastreados nos papéis que haviam comprado, e repassaram ao restante do sistema financeiro mundial.

3 ♣

A partir de 2005, o FED (Federal Reserve), banco central norte-americano, acelerou a alta dos juros básicos, que haviam de 2,25% no começo daquele ano para 4,25% em janeiro de 2006, depois de atingirem 1% em 2003. Ao longo de 2006, a taxa atingiu 5,25% – níveis mantidos até setembro do ano passado. Os preços dos imóveis começaram a baixar, ainda em 2006, mas a farra continuava no setor financeiro, enquanto a inadimplência se alastrava.

4 ♥

O atraso no pagamento das hipotecas causou um efeito em cadeia, levando à desvalorização dos títulos amarrados, de uma forma ou de outra, a financiamentos hipotecários. A "pirâmide da felicidade", que prometia lucros para sempre, desmantelou-se. Os bancos começaram a perder duplamente, ao não receberem as prestações das hipotecas e com a queda nos preços dos títulos que compraram.

Henrique de Oliveira, a liquidez continuará apertada, o que, "aliado à política monetária restritiva do BC", contribuirá para manter elevado o custo do crédito na economia. "Entende-se que o Brasil não ficará à margem da crise, e algumas situações poderão surgir no curtíssimo prazo, tais como: elevação do preço de custo dos produtos importados; dificuldade de financiamento das exportações; arrefecimento do consumo internacional; perda de credibilidade no mercado financeiro; redução dos investimentos", prossegue Oliveira.

Ele entende, no entanto, que a participação dos bancos centrais será decisiva para "que a situação se restabeleça", ainda que sob outra conjuntura, mais desfavorável do que a antevista inicialmente. De fato, numa ação coordenada, os bancos centrais dos EUA e da União Européia promoveram cortes de juros no começo de outubro, política reforçada ao longo do mês na tentativa de reverter o clima de desconfiança no sistema financeiro.

EUA e China promoveram, apenas em outubro, dois cortes nos juros cobrados pelos respectivos bancos centrais nos empréstimos a outros bancos. Nos EUA, a taxa caiu de 2% para 1,5% no dia 8, recuando para 1% 21 dias depois, frente a 5,25% em setembro do ano passado. Na China, os juros baixaram de 7,18% para 6,93% e, no dia 29, foram reduzidos para 6,66% - queda superior a meio ponto percentual. A Índia juntou-se ao grupo no primeiro dia de novembro, baixando os juros de 8% para 7,5%, enquanto o Brasil - excluída muito possivelmente a taxa de 18% agora em vigor na Islândia - mantém o custo de crédito mais alto no planeta, em termos reais.

De olho na moeda dos outros

Com a linha de crédito aberta pelo banco central americano, o Brasil alinha-se a outras economias importantes, que também acertaram operação nos mesmos moldes.

A operação não impõe ao País decisões de política econômica definidas em Washington ou outros centros financeiros globais. Vale dizer, nada obriga que o País mantenha a política de arrocho. Os dólares poderão ser utilizados pelo BC brasileiro para intervir no mercado cambial, evitando novas flutuações da moeda norte-americana, ou para financiar exportações, por exemplo.

Por que os EUA decidiram ser tão bonzinhos? Por um bom motivo: o país tem interesse em evitar que o dólar se valorize de forma excessiva, o que prejudicaria suas exportações, tornando relativamente mais caros os produtos norte-americanos, e dificultaria a recuperação de economia.

O que pode vir mais à frente

Presidente do Conselho Temático de Política Econômica da Fieg, Beyle de Abreu Freitas lembra que, "como em todas as crises econômicas, os reflexos na economia goiana não atingirão igualmente todas as empresas". No estágio atual, acrescenta, ainda não é possível prever quais serão esses impactos, "já que pouco se sabe sobre o tamanho e a extensão da crise". Como regra geral, empresas e setores mais alavancados "poderão encontrar dificuldades e custos maiores na renovação de seus financiamentos".

Isso porque "o crédito ficará mais escasso e a tendência das entidades financeiras será distribuí-lo com menor risco e maiores lucros". Dito de outra forma, os spreads (a margem de lucro dos bancos, determinada pela diferença entre as taxas de captação e de empréstimo) tendem a engordar na mesma proporção em que a percepção de risco se agrava.

Reinaldo Fonseca afirma que o setor agrícola e a agroindústria tendem a ser os mais afetados, "em especial a produção de soja, milho e cana, em razão da queda de preços e da possível retração da demanda externa". Numa linha de análise semelhante, Freitas avalia, com base no "pouco que se sabe até agora, além do crédito, as importações sofrerão um aumento de custo, pela desvalorização do real e, se isso pudesse trazer algum benefício para os setores exportadores do Estado, a redução da atividade econômica dos grandes 'players', EUA, Europa e Ásia, fará

"No cenário atual, os bancos não saem perdendo, pois conseguem maximizar seus lucros e não cumprem um papel social"

Cláudio Henrique de Oliveira, economista da Fieg

Confiança abalada

De forma até surpreendente, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), apurado trimestralmente pela Fieg, sofreu em Goiás queda mais pronunciada do que na média brasileira. Segundo pesquisa semelhante consolidada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em outubro, o Icei nacional baixou para 52,5 pontos, diante de 58,1 em julho e de 60,4 em outubro do ano passado - o que representou recuo, respectivamente, de 5,6 e 7,9 pontos.

Em Goiás, o Icei desabou de 57,4 pontos em julho para 51,6 em outubro deste ano (menos 5,8 pontos). Em relação ao mesmo mês de 2007, quando o levantamento indicou 62,7 pontos, a queda foi de 11,1 pontos. Mais surpreendente ainda, as empresas de médio porte revelam confiança crescente em relação ao comportamento futuro da economia. A despeito da crise, o índice, neste caso, passou de 58,7 para 59,4 pontos. Para grandes e pequenas empresas, o indicador ficou em terreno negativo, com 46,9 e 49,9 pontos, pela ordem.

A ORIGEM DA CRISE

O estouro da "bolha habitacional" nos Estado Unidos, depois de intensa valorização com os preços dos imóveis, como se sabe, detonou a crise financeira, depois de produzir o escândalo dos títulos hipotecários "subprime", assim

com que o preço de nossos principais itens no exterior, basicamente commodities, caia".

Na sua avaliação, levando-se em conta que a economia goiana "ainda é basicamente suportada pela atividade agropecuária, a indústria que dela depende, seja por seus insumos seja por seus produtos, poderá ter seus negócios afetados, caso haja uma retração maior do crédito de custeio para aquela atividade". Uma majoração de custos nesta área, continua Freitas, seguramente decretará uma redução de consumo. "Simultaneamente, se não houver dinheiro para a safra, os setores de adubos, equipamentos, implementos agrícolas e outros também perderão vendas. Tudo isto deverá impactar negativamente nos índices de inflação e de crescimento econômico", arrisca.

A taxa de crescimento da economia brasileira neste ano, prevista em torno de 5%, já está dada e deverá ser pouco afetada, analisa Fonseca. Todo o foco converge para as perspectivas em 2009, quando os riscos de um desaquecimento mais pronunciado não podem ser descartados. "Tudo dependerá", anota Fonseca, "das seguintes variáveis: manutenção do crédito para investimento fixo, para exportações e importações e para o setor agrícola; do comportamento da taxa de câmbio e dos preços dos combustíveis; e do desempenho dos mercados interno e externo".

O economista acredita ainda que as instituições globais terão capacidade de desenvolver um novo sistema de regulação do mercado bancário e dos fluxos financeiros, origem da crise atual, de forma a devolver a confiança à economia real. "Essa pausa para refletir, de qualquer modo, deverá exigir uns dois anos".

"No auge da crise, os juros nas operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) atingiram 14% ao ano, o que se compara com 4% antes disso"

Heribaldo Egídio, presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

denominados porque correspondem a financiamentos imobiliários concedidos a tomadores com cadastro negativo e longo histórico de calote.

Apenas em julho deste ano, com a crise já instalada, o governo americano decidiu exigir que os bancos passassem a conferir a capacidade de pagamento dos tomadores de empréstimos para a compra da casa própria, exigindo comprovantes de renda e de patrimônio - o que mostra que os bancos sequer cobravam a apresentação de contra-cheques e de cadastros para fazer esses empréstimos.

Na verdade, segundo a agência Bloomberg News, o Fed já poderia ter adotado regras mais duras há quase uma década e meia, quando lhe foi assegurada a autoridade para regular o mercado de financiamentos imobiliários. Isso não aconteceu, até então, porque vigorava, em todo o mundo, uma espécie de "ditadura financeira", em que bancos e outras instituições da área haviam se tornado literalmente intocáveis, não se sujeitando a normas e muito menos à fiscalização sob pretexto de não atrapalhar a evolução dos negócios e da própria economia, em última instância.

Fiscalização, prudência e rigor na aprovação de operações financeiras foram abandonadas, abrindo espaço para a especulação desenfreada com papéis de alto risco, movimentando cifras anuais de trilhões de dólares (trilhões mesmo). Em maio do ano passado, quando já havia sinais de que a "bolha" imobiliária estava prestes a explodir, o presidente do FED, Ben Bernanke, chegou a declarar que os problemas observados no mercado de hipotecas subprime teriam efeito limitado sobre o mercado como um todo e suas conseqüências não seriamsignificativas.

À espera das eleições...

O setor do agronegócio esperava ter uma visão mais nítida das perspectivas desenhadas para 2009 após as eleições norte-americanas, realizadas no dia 4 de novembro. "Este é um momento de esperar e observar atentamente o cenário em vigor para tentar vislumbrar quais podem ser as tendências predominantes para 2009. Acredito que teremos um quadro mais definido depois das eleições nos EUA", comenta o presidente do Conselho Temático de Agronegócio da Fieg, André Baptista da Rocha.

Na sua avaliação, a ação coordenada dos governos e bancos centrais deve produzir alguma acomodação no mercado financeiro, mas a conjuntura requer "prudência, reflexão e paciência". Já a pleno plantio, após a queda das primeiras chuvas, a safra 2008/2009 deverá incorporar um volume menor de insumos, avalia Rocha, o que poderá determinar uma produtividade menor, com riscos mais amplos, mais adiante, se o clima não for favorável.

Ele concorda que a escalada do dólar poderá favorecer as exportações do setor, mas questiona: "Haverá mercado para nossa produção?". A dúvida diz respeito ao processo recessivo que já se instala nos Estados Unidos, na França, Inglaterra e, provavelmente, também no Japão, além da desaceleração mais intensa do que o esperado nas economias da China e da Índia.

A indústria do etanol, que vinha experimentando forte boom de investimentos, não escapará ilesa. Em 2008, por exemplo, previa-se a entrada em operação de 32 novas usinas em toda a região Centro-Sul do País, dos quais 11 em Goiás. Sete estão confirmadas para o Estado e, no restante do Centro-Sul, outras dez adiaram a estréia, conforme dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Para 2009, a previsão era de que outras 35 indústrias deveriam entrar em operação no País, mas parte delas vai entrar em campo apenas em 2010.

Falta boi no pasto

A indústria goiana da carne bovina enfrenta, neste ano, dificuldades que pouco ou nada têm a ver com a crise financeira mundial. É certo que o setor não deixará de ser atingido, caso a falta de crédito torne-se mais séria e duradoura, pondera o presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne), José Magno Pato. Mas a paralisação de frigoríficos, com a concessão de férias coletivas em vários casos, e o adiamento de investimentos em expansão e em novas aquisições guardam relação mais estreita com a falta de bois no mercado brasileiro, neste momento.

"Vamos ter dificuldades para conseguir animais para abate até o final do ano, em virtude do atraso nas chuvas, o que retardará a recuperação das pastagens", avisa Pato. Na verdade, a escassez de bois para abate é menos conjuntural do que parece e reflete a matança de matrizes ocorrida nos anos de preços baixos no setor. Hoje, não se encontra vacas no mercado e os preços do bezerro de oito meses, em idade de desmame, saltaram de R$ 400, no início do ano, para R$ 550 a R$ 700 por animal em outubro.

Diante da crise, a Rússia, principal mercado de destino da carne exportada por Goiás, ameaça reduzir as compras. Pato identifica, neste caso, mais algo além de problemas econômicos. "Trata-se de jogo comercial para baixar preços", afirma, apostando na retomada das vendas mais à frente.

Solução para o desaquecimento

Ao contrário da tendência predominante para outros setores da economia, a indústria da construção civil não deverá ser significativamente afetada pela crise global, avalia o empresário Roberto Elias Fernandes, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO). O setor poderá mesmo trazer soluções para os problemas que a economia real começa a enfrentar. "Não dependemos de produtos importados e nem de crédito externo. A poupança e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dispõem de recursos que permitirão à indústria crescer durante os próximos três anos, quando a crise certamente já estará debelada", argumenta.

Em resumo, com maior injeção de crédito, proposta já encaminhada ao governo pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o setor poderá crescer e gerar empregos, contrabalançando a tendência geral de desaceleração, sem pressionar o balanço de conta corrente e a conta de capitais do País (ou seja, sem criar rombos nas contas externas).

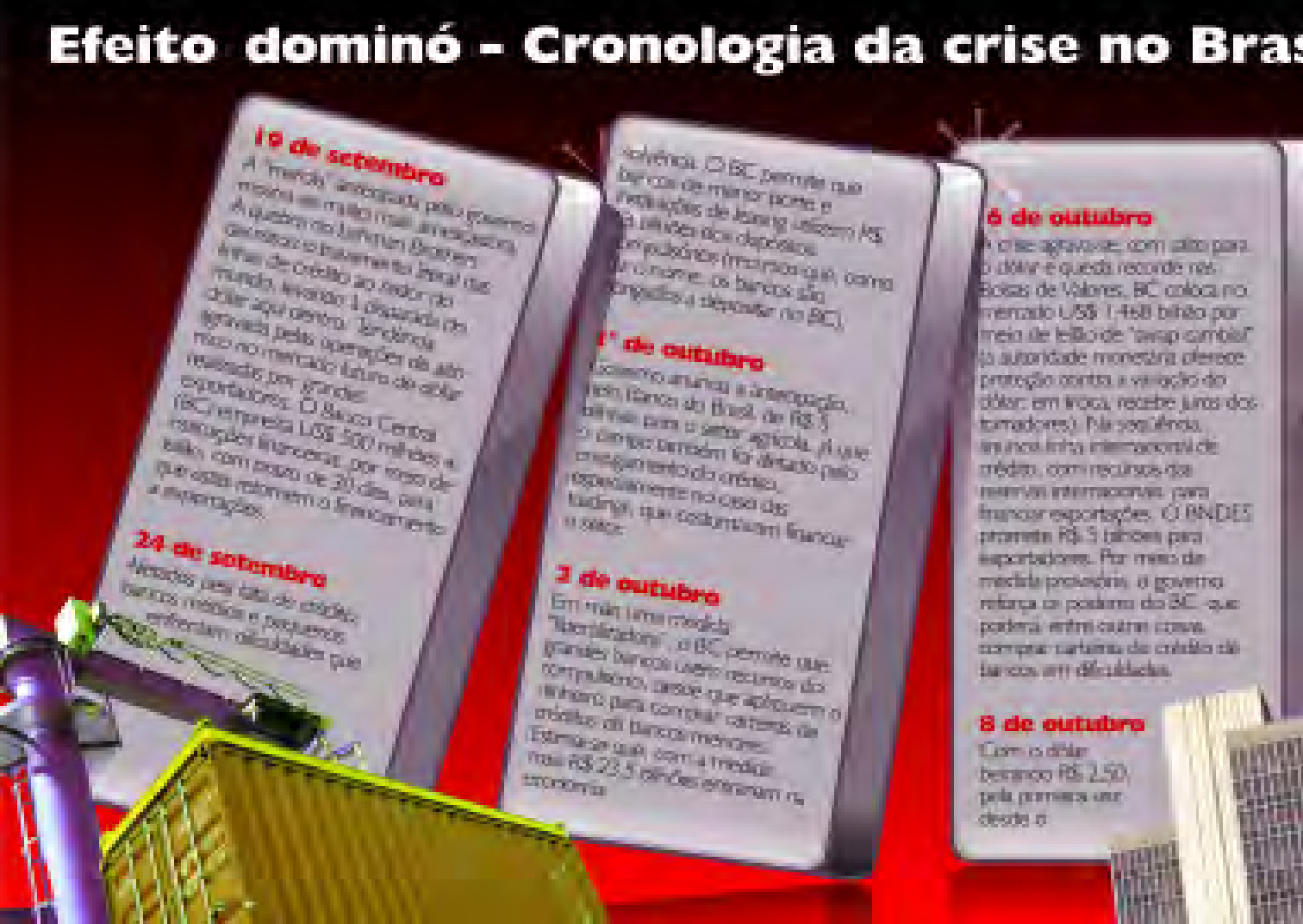
Os riscos de uma "bolha imobiliária" são reduzidos ou inexistentes, na visão da indústria, que convive com índices de endividamento muito baixos. O total de hipotecas no País mal chega a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e o sistema financeiro da habitação está sob a fiscalização e regulação do Banco Central, o que não ocorria nos Estados Unidos, por exemplo.

"Precisamos que o governo garanta a aplicação de 65% dos recursos da poupança no setor e amplie o orçamento do FGTS, mantendo as mesmas condições de financiamento (ou seja, sem alteração nos prazos e nas taxas de juros)", sustenta Fernandes. O Sinduscon-GO, alinhado ao que defende a CBIC, reclama uma distribuição justa e equilibrada daqueles recursos. "Por isso, o setor não viu com bons olhos a MP 433, que autoriza a Caixa Econômica Federal, entre outras providências, a comprar ações de construtoras. Temos 100 mil empresas no setor e a medida atenderia no máximo a 25 empresas com ações em bolsa", reclama Fernandes.

Canteiro de obras da Anglo American em Barro Alto: multinacional vai manter investimentos no projeto, com recursos aprovados pelo BNDES

“O Banco Central deveria ter 'travado' o câmbio entre R$ 1,80 e R$ 1,90, centralizando o fluxo cambial”

Reinaldo Fonseca, economista da Fieg



"A ação coordenada dos governos e bancos centrais deve produzir alguma acomodação, mas a conjuntura requer prudência, reflexão e paciência"

André Baptista Lins da Rocha, presidente do Conselho Temático de Agronegócio

"A poupança e o FGTS dispõem de recursos que permitirão à indústria da construção crescer durante os próximos três anos, quando a crise certamente já estará debelada"

Roberto Elias Fernandes, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO)

E o crédito não bate à porta

Até o início de setembro, recorda-se Heribaldo Egídio, presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, "as empresas exportadoras recebiam oferta de crédito no porta". Até o final de outubro, o dinheiro simplesmente evaporou da praça. "No auge da crise, os juros nas operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) atingiram 14% ao ano, o que se compara com 4% antes disso", completa.

Os dados indicam o cenário complicado também para empresas que trabalham com exportações e importações, especialmente porque não se sabe ainda onde o câmbio vai parar, mesmo depois de o Banco Central ter despejado quase US$ 33 bilhões no mercado do dólar para segurar sua cotação. Na opinião de Reinaldo Fonseca, economista da Fieg, o Banco Central deveria ter "travado" o câmbio entre R$ 1,80 e R$ 1,90, centralizando o fluxo cambial.

Numa fase de crise, a adoção de medidas emergenciais e transitórias, como o controle cambial, justifica-se em nome do bem maior que é a estabilização do mercado, sustenta Fonseca.

Naqueles níveis, retoma Egídio, as empresas mais dependentes de importações, como o caso da indústria farmacêutica, teriam condições de acomodar o valor em sua estrutura de custos, sem necessidade de repassar aumentos. Mas eles já vêm ocorrendo desde que o câmbio superou a faixa de R$ 2,00 por dólar. O encarecimento da matéria-prima importada causou uma elevação de 10% nos preços de alguns medicamentos.

A incerteza no setor empresarial, relata Egídio, atinge as decisões de investimento, o que influenciará projetos futuros de expansão de forma negativa. Egídio prefere não arriscar previsões em relação às exportações goianas, mas admite que o encolhimento do comércio mundial e a queda nos preços das commodities podem prejudicar as metas de crescimento do setor, que espera encerrar 2008 com vendas externas na casa de US$ 4 bilhões.

Entre 26 de setembro e 31 de outubro, os preços do milho e da soja desabaram respectivamente 25,3% e 21%. A queda é mais pronunciada se a comparação for feita em relação ao pico de preços alcançado pelos dois grãos. A soja, por exemplo, chegou a ser negociada a quase US$ 14 por bushel e encerrou o mês passado a US$ 9,33 na Bolsa de Chicago. O mercado de commodities agrícolas, assim como o de metais básicos e outros minérios, vem seguindo a tendência determinada pelos preços do petróleo, que acumulam baixas em torno de 37% desde a última semana de setembro.

Nos primeiros nove meses deste ano, as exportações goianas cresceram 45,6% em relação a igual período do ano passado, saindo de US$ 2,271 bilhões para US$ 3,306 bilhões neste ano (US$ 1,035 bilhão a mais). A questão é que 80% dos valores acrescidos às exportações entre janeiro e setembro deste ano foram assegurados por apenas dois grupos de produtos: o chamado complexo soja (grão, farelo e óleo) e minérios e ligas metálicas (cobre, ferronióbio, amianto, ouro e ferroníquel). Sozinha, a exportação de soja e seus derivados somou US$ 1,430 bilhão, crescendo 90,3% e respondendo por 65,6% do crescimento acumulado pelas exportações totais do Estado. Minérios e metais responderam embarques de US$ 617,020 milhões (32,5% a mais), frente a US$ 465,580 milhões nos primeiros nove meses do ano passado (US$ 151,440 milhões a mais, o que representou 14,6% do avanço total das exportações).

"A economia goiana ainda é basicamente suportada pela atividade agropecuária e a indústria que dela depende poderá ter seus negócios afetados"

Beyle de Abreu Freitas, presidente do Conselho Temático de Política Econômica

País pode dispensar arrocho

A crise financeira mundial reavivou um debate que vinha sendo conduzido a fogo brando, até aqui. Economistas e analistas dividem-se em duas correntes principais. A primeira defende aperto nos gastos públicos, para enfrentar uma fase de encolhimento de receitas a partir do próximo ano, preservar o superávit primário (ou seja, a economia que o governo tem que fazer para pagar os juros de sua dívida) e evitar que a dívida pública volte a crescer como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

A segunda propõe receita menos ortodoxa para o País, que inclui a manutenção dos níveis de gastos do governo, prioritariamente no caso de investimentos públicos, de forma a preservar a capacidade de a economia continuar crescendo, ainda que em ritmo mais brando. Nesta receita, obviamente, novos aumentos das taxas de juros deveriam ser evitados, sugerindo-se mesmo alguma redução diante do novo cenário econômico no mundo e do aperto já verificado na oferta de crédito também no mercado doméstico.

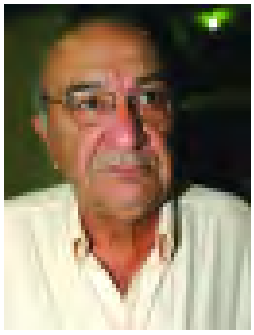
O cenário internacional, argumentam esses economistas, mostra que os riscos de uma deflação (quer dizer, queda geral nos preços) seriam mais concretos do que o de uma retomada da inflação. Por que preços em baixa podem ser uma ameaça para a economia? Em termos resumidos, nesse tipo de fenômeno, todos os preços entram em queda, incluindo alimentos, bens de consumo (como geladeiras e televisores, entre outros), imóveis, ações, preços de terras e de outros bens patrimoniais, derrubando os lucros das empresas (ou causando prejuízos) e, portanto, sua capacidade de investimento. A produção cai, assim como as vendas, e, por fim, também os salários entram em baixa, num círculo vicioso que empurra toda a economia ladeira abaixo. O Japão levou mais de uma década para escapar de uma crise dessas.

Aumentar os juros e arrochar gastos para "segurar" os preços, a esta altura, seria mais do que uma temeridade, portanto. Tenderia a agravar a crise, impondo sacrifícios inúteis ao País, a suas empresas e aos trabalhadores.

Os representantes da corrente de economistas que defendem o aperto redobrado (com juros altos e corte de despesas públicas) gostam de lembrar o exemplo da recessão do começo dos anos 1980 para justificar seu discurso. Naquela época, o governo teria ignorado o choque do petróleo, que havia entrado em disparada a partir de 1974, e continuou investindo pesado em refinarias, siderúrgicas, rodovias, ferrovias e hidrelétricas, montando a infra-estrutura e uma indústria de base que, anos mais tarde, contribuiriam de forma fundamental para vencer a eterna dependência de importações e para consolidar o parque industrial do País.

A questão é que há diferenças brutais entre aquela fase e a que a economia brasileira atravessa neste momento. Entre o final dos anos 1970 e o início da década seguinte, as importações de petróleo, sozinhas, chegaram a responder por metade e até quase 56% de tudo o que o País comprava no exterior, representando, ainda, em torno de 45% a 47% das exportações totais. O País gastava com juros de sua dívida externa valores correspondentes a praticamente 40% dos dólares obtidos com as vendas de bens e mercadorias ao exterior.

Aquelas duas contas estrangulavam o País, impediam seu crescimento. Porque não sobravam dólares sequer para pagar importações essenciais ao funcionamento da economia e de suas empresas. Apenas para comparação, no ano passado, as compras de petróleo representaram menos de 10% das importações totais, ou 7,5% das exportações. Os gastos com juros da dívida externa representaram míseros 4,4% das vendas externas realizadas no período. Em resumo, o País não precisa sofrer outra recessão para combater os efeitos negativos da crise atual.



"Vamos ter dificuldades para conseguir animais para abate até o final do ano, em virtude do atraso nas chuvas, o que retardará a recuperação das pastagens"

José Magno Pato, presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne)

O exemplo asiático

Tecnologia e inovação, agressividade comercial, projeto e visão estratégica chamam a atenção de empresários em Cingapura e na China

O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, retornou da Ásia com uma "obsessão". No bom sentido. "Precisamos trazer para dentro de nossas empresas a experiência asiática, especialmente a chinesa, na área de tecnologia e inovação, como forma de ganhar eficiência e competitividade. Temos que fazer disso uma obsessão", afirmou, depois de participar, no mês passado, de um programa intensivo de aperfeiçoamento da gestão e de capacitação empresarial.

Numa promoção do IEL Nacional, do qual também é diretor, Paulo Afonso e outros 18 empresários de várias regiões do País freqüentaram o curso Estratégia de Negócios para o Mercado Asiático, realizado entre os dias 6 e 15 de outubro, no Insead de Cingapura. Entre cursos, visitas a empresas e palestras com renomados consultores e especialistas em Ásia, o grupo seguiu para mais uma semana na China, na seqüência, permanecendo outros três dias em Dubai, nos Emirados Árabes. Reconhecido internacionalmente, sediado em Fontainebleau, próximo a Paris, o Insead é considerada a maior escola de negócios do globo.

Paulo Afonso chama a atenção para a visão e a agressividade desenvolvidas pelos chineses na área de negociações internacionais, além de sua agilidade para reagir a mudanças de mercado. Apenas um dia após o anúncio de que a economia chinesa havia crescido "apenas" 9% no terceiro trimestre deste ano, no ritmo mais brando em praticamente cinco anos, o governo decidiu ampliar os benefícios fiscais para exportações de produtos têxteis e confecções, móveis, brinquedos, medicamentos, produtos plásticos e elétricos, peças eletrônicas e outros.

O aumento na restituição de impostos a exportadores cumpre o objetivo de compensar o setor pelo alto valor do yuan, a moeda local, e enfrentar a desaceleração do comércio mundial, evitando que um desaquecimento pronunciado das vendas externas afete o desempenho da economia doméstica. No front interno, retoma Paulo Afonso, foi lançado um forte programa de investimentos em áreas rurais, como forma de inserir esse setor no mercado. "Eles atuam com estratégia e com projeto, investindo ainda em infra-estrutura, o que nos falta".

VISÃO ESTRATÉGICA

O presidente da Fieg observou uma grande dificuldade para empresas estrangeiras se estabelecerem no mercado chinês. "A China busca o caminho das parcerias, exigindo, em troca da abertura de seu mercado, a transferência de conhecimento e de tecnologia. Eles copiam bastante, é verdade, mas isso faz parte de sua estratégia para ter acesso a mercados". Numa comparação com o que ocorre em Goiás, de forma mais específica, Paulo Afonso comentou: "Damos incentivos aqui, mas não temos a visão de exigir mais participação de empresas locais".

"Empresas precisam desenvolver forte percepção de comércio internacional"

Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg

WWW.SITEDOESTAGIO.COM.BR

O seu ponto de encontro com as empresas.

Cadastre-se e aproveite as oportunidades para um estágio de qualidade.

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL FIEG IEL

ESTÁGIO

Sistema Fieg/Ascom

A vantagem COMPETITIVA

Empresas ganhadoras do Prêmio Goiás de Inovação investem um quarto da receita em P&D; Finep anuncia vencedores na etapa Centro-Oeste

As duas companhias atuam em áreas completamente diferentes, uma delas enquadra-se entre indústrias de médio porte e a outra ocupa posição entre as pequenas empresas. Mas ambas têm algo que as aproxima: reservam entre um quinto e um quarto de sua receita para investir em pesquisa e desenvolvimento.

Uma política agressiva de P&D pode fazer toda a diferença. Inclusive para abrir caminho em direção a fontes de financiamento mais baratas. "A empresa ganha visibilidade e isso, de fato, facilita o acesso a instituições oficiais de crédito e aos recursos da Finep", declara o presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Fieg, Ivan da Glória Teixeira.

Ele refere-se a casos de empresas que têm uma visão diferenciada em relação a políticas de inovação, como a Scitech Produtos Médicos e a Pctel Eletrônica, que venceram a primeira edição do Prêmio Goiás de Inovação nas categorias média empresa e micro e pequena empresa, respectivamente. A Votorantim Metais levou a premiação como grande empresa e o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da UFG foi vencedor na categoria instituição de ciência e pesquisa.

A solenidade de entrega dos troféus ocorreu no dia 31 de outubro, na Casa da Indústria. Na mesma data, foram anunciados os vencedores da etapa Centro-Oeste do Prêmio Finep de Inovação e a Scitech foi a primeira colocada como média empresa inovadora. A Pctel levou o segundo prêmio na categoria pequena empresa. "Vamos brigar pelo primeiro lugar em 2009", avisou Alexandre Costa, dono da empresa.

Tecnologia de terceira geração

Criada em 2002, a Pctel foi a primeira empresa "incubada" do Estado e ganhou fôlego para disputar o mercado depois de um período de preparação na Incubadora de Empresas do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO). Dedicada à fabricação de produtos eletrônicos e softwares, a empresa desenvolveu seu gravador com investimentos que consumiram, na época, mais de metade de suas receitas, recorda-se Costa.

Neste momento, o investimento em P&D representa entre 20% a 25% do faturamento e a Pctel prepara-se para lançar uma versão do gravador digital para plataformas mais parrudas, com 300 a 500 canais. A grande novidade, guardada a sete chaves por Costa, virá no ano que vem. A empresa dedica-se ao desenvolvimento de um produto para tele medicina, que vai incorporar tecnologia celular de terceira geração (a 3G, que tornou possível aos celulares a transmissão de dados e o acesso à internet em banda larga, entre outros recursos).

Ivan da Glória e Melchíades Neto: visibilidade e maior acesso a recursos

Costa, da Pctel, com Leonardo Guedes, da Fapeg: vencedor do Prêmio Goiás

Técnica não invasiva

A Scitech, especializada em prover o mercado mundial de procedimentos médicos minimamente invasivos, como ressalta um de seus sócios, o empresário Melchíades da Cunha Neto, já havia vencido a etapa regional do Prêmio Finep em 2006, com seu stent coronário, lançado no mercado no ano seguinte. Desta vez, como descreve Cunha Neto, o prêmio foi pelo "conjunto da obra", o que garante à empresa a pré-aprovação de recursos no valor de R$ 1 milhão.

A empresa continuou investindo em pesquisa e desenvolvimento, destinando também entre 20% e 25% de suas receitas para o setor. Entre 2005 e 2006, a Scitech colocou em marcha um projeto de substituição de importações pela produção local, que elevou o nível de nacionalização de seus produtos de 35% para 80%. Isso, conta, num período de encarecimento de importações por causa da volatilidade do câmbio.

Neste momento, a equipe de pesquisadores da empresa, que trabalha em parceria com UFG, USP e Unicamp, desenvolve um stent coronário com drogas que inibem o crescimento celular no interior do aparelho e evitam a reestenose (ou seja, a reoclusão da veia ou artéria). Se tudo correr bem, o primeiro produto chega ao mercado no final de 2009.

VERSÃO GOIANA

Criado pelo Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg, em parceria com Senai, IEL Goiás, Vilage Marcas e Patentes, Fapeg, Sebrae, Finep e Escritórios de Projetos (UCG e Fieg), o Prêmio Goiás de Inovação tem como objetivo central identificar e premiar esforços inovadores realizados por indústrias e instituições de ciência e tecnologia do Estado de Goiás. "Queremos estimular empresas a formarem núcleos internos de P&D, além de incentivá-las a participar do Prêmio Finep", acrescentou Ivan da Glória Texieira.

Os vencedores receberam troféus, bolsa de estudos em um curso de graduação ou pós-graduação das Faculdades de Tecnologia do Senai de Goiás; passagem aérea, oferecida pelo Senai, para participar de feira, seminário ou congresso sobre o tema tecnologia e inovação, nacional ou internacional; bolsa de estudo para o Empretec, do Sebrae; assessoria de registros de patentes no INPI, oferecida pela Vilage Marcas; bolsa de estudo a dois cursos do IEL, e consultoria do Escritório de Projetos (convênio UCG/Fieg) para elaboração de projetos que podem concorrer a financiamentos através de editais da Finep e Fapeg.

Foto: Vera Marina Finep 2-1

Vera Marina: premiação para estratégias de inovação bem sucedidas

INOVAÇÃO NO DNA

A 11ª edição do tradicional Prêmio Finep de Inovação, em suas etapas regionais e nacional, passou a incorporar novos conceitos e configuração neste ano, comenta Vera Marina da Cruz e Silva, chefe do Departamento de Promoção da Finep e coordenadora nacional do prêmio. "Decidimos premiar empresas que tenham inovação em seu DNA", resumiu Vera Marina.

Isso significa dizer que as empresas e/ou instituições passam a ser premiadas com base em seu histórico de investimentos no setor e nas estratégias desenvolvidas com foco em inovação. As empresas vencedoras, além do prêmio, que varia de R$ 500 mil a R$ 10 milhões, conforme o porte do concorrente, já saem pré-qualificadas para receber subvenções da Finep (caso de micro e pequenas empresas) ou para a contratação de financiamentos.

A Bandeirante só vai fazer livro

Criada há 47 anos, a editora, gráfica e papelaria prepara-se para enfrentar uma nova etapa em sua trajetória, agora num espaço mais modesto

BRITO E O PRIMEIRO LINOTIPO, CONSERVADO ATÉ HOJE

ÁREA DA EMPRESA SERÁ REDUZIDA DE 1.860 PARA 600 M², REUNINDO GRÁFICA E PAPELARIA

Quando começou a rodar sua Frontex Automatic, tipográfica alemã, monocolor, com capacidade para 40 mil impressos por dia em formato ofício, a Editora Bandeirante era uma das melhores gráficas da cidade, relembra Sebastião de Brito Carvalho, criador e dono do negócio. Instalada na avenida 24 de Outubro, em frente onde antes brilhava o antigo Cine Campinas e hoje está uma das lojas do Ponto Frio Bonzão, a gráfica operava manualmente. Corria o ano de 1961 e a Frontex, mais conhecida entre os gráficos como "boca de sapo", referência a seu formato, trabalhava a todo pano. "Nossos principais clientes vinham do comércio, principalmente. Fazíamos talões de notas fiscais, notas promissórias e outros impressos. Era um serviço simples e bem pago", conta Brito, que trabalhou como linotipista nos anos 50 e 60, com passagem pela gráfica e jornal dos irmãos Câmara.

Em meados dos anos 60, a editora, que inclui, além da gráfica, uma papelaria, mudou-se para a Rua Quintino Bocaiúva, na altura do número 422, espaço hoje ocupado por uma loja Star Chic. Ficou por lá até 1980, quando se transferiu para uma imóvel próprio, sempre em Campinas, mais precisamente na Rua Pará, 151, esquina da Rio Verde, endereço atual da empresa - mas por enquanto.

Desde 1961, o parque gráfico da empresa evoluiu constantemente. A velha Frontex foi aposentada e seu lugar foi tomado por uma impressora italiana, a Aurelia, toda automática, conta Brito, com capacidade para fazer 12 mil impressos por hora, a quatro cores, em formato 52 por 74. Além dessa, a editora incorporou uma máquina bicolor alemã, da marca Heidelberg, e duas outras com impressão monocolor em formato meia folha - uma Heidelberg Kord e a GTO 3852.

"A (impressora) quatro cores foi comprada há dois anos, mas já estou vendendo para uma firma de embalagem do Sul". Brito vai fechar a porta que dá para a Rua Pará e reduzir o espaço dos atuais 1.860 m² para 600 m², onde reunirá a gráfica e a papelaria, com entrada pela Rua Rio Verde. "Estou esperando apenas o visto da Prefeitura para fazer a mudança. Meu negócio é fazer livros e, para isso, tenho dobradeira, máquina de plastificar, prensas e guilhotina eletrônica. Esse é um ramo até bom. Gráfica não dá mais negócio hoje em dia."

"Meu negócio é fazer livros. Esse é um ramo até bom. Gráfica não dá mais negócio hoje em dia"

ENCONTRO NACIONAL

Lideranças do setor industrial, ministros, presidentes de entidades do setor participaram da terceira edição do Encontro Nacional da Indústria (III Enai), realizado em Brasília pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nos dias 28 e 29 de outubro. A alta carga de impostos e a burocracia tributária, o impacto da legislação trabalhista sobre a competitividade industrial, infra-estrutura e meio ambiente, inovação e produtividade e inserção internacional da economia brasileira foram os temas que centralizaram os debates. A agenda do encontro foi debatida extensamente por lideranças do setor e representantes sindicais em todos os Estados. Goiás realizou seu encontro regional em setembro e estabeleceu como prioridade, entre outros assuntos, a questão tributária.

CORREÇÃO AMBIENTAL

Em operação desde 1990, a Centro Couros Inhumas investe em sistemas de tratamento de efluentes *(foto)*, contribuindo para reduzir a poluição dos mananciais que formam a bacia do Rio Meia Ponte. O tanque de aeração tem capacidade para 4,5 milhões de litros. Depois de receber tratamento, a água é lançada acima do ponto de captação, afirma o empresário João Essado, dono do curtume e presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás.

Centro Couro Inhumas: sistema de tratamento de efluentes

POLÍTICA INDUSTRIAL

No dia 4 de novembro, em parceria com Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás e com a Fieg, a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) firmou, em solenidade na Casa da Indústria *(foto)*, termo de instalação do primeiro Núcleo Renapi (Rede Nacional de Agentes de Política Industrial). Sua missão: implantar no Estado a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

MÉRITO INDUSTRIAL

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás realizou, no dia 14 de novembro, às 20h30, no salão de gala do Clube Antônio Ferreira Pacheco, a cerimônia de outorga do Diploma e da Medalha do Mérito Industrial, em homenagem a personalidades que prestaram contribuição relevante para o desenvolvimento industrial no Estado. Receberam o diploma e a medalha os empresários Antônio Fábio Ribeiro, João Rosa Filho, José Alves Fernandes Filho, Luiz Lopes de Lima, Mauro Borges Teixeira, Oton Nascimento (in memoriam) e Sultan Falluh. A solenidade foi coordenada pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Em seguida, foi servido jantar oferecido pela Fieg aos homenageados e a seus convidados.

Sicma 1

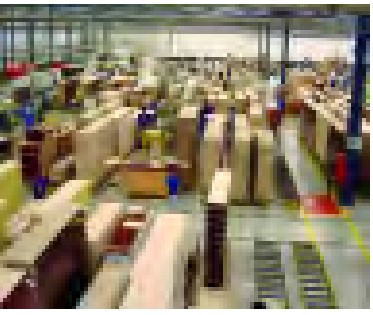
Expo Casa e Móveis

O acelerado crescimento das indústrias de construção e de mobiliário no começo do ano estimulou o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) a agendar para o primeiro semestre de 2009 a primeira edição da Expo Casa e Móveis - Feira de Móveis, Decorações e Construção Civil de Anápolis e Região. O projeto já foi aprovado pela diretoria do sindicato e reunirá empresas da região com o objetivo de promover intercâmbio de tecnologias, modos de produção e de sistemas de gestão.

Sicma 2

Centro de qualidade

Ubiratan da Silva Lopes, presidente do Sicma, afirma que as exportações de produtos e serviços de empresas anapolinas para outras regiões do País atestam que a região transformou-se em "um centro expressivo em qualidade e quantidade nesses dois setores de atividade (construção civil e indústria moveleira)".



Sigego 1

HONRA AO MÉRITO

Numa homenagem à Fieg, o Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) e a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) entregaram à entidade, no dia 18 de setembro, diploma de honra ao mérito do 4º Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica - Criação e Produção, edição 2008. O documento foi entregue ao 1º vice-presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e ao presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa, Humberto Rodrigues de Oliveira *(foto)*.

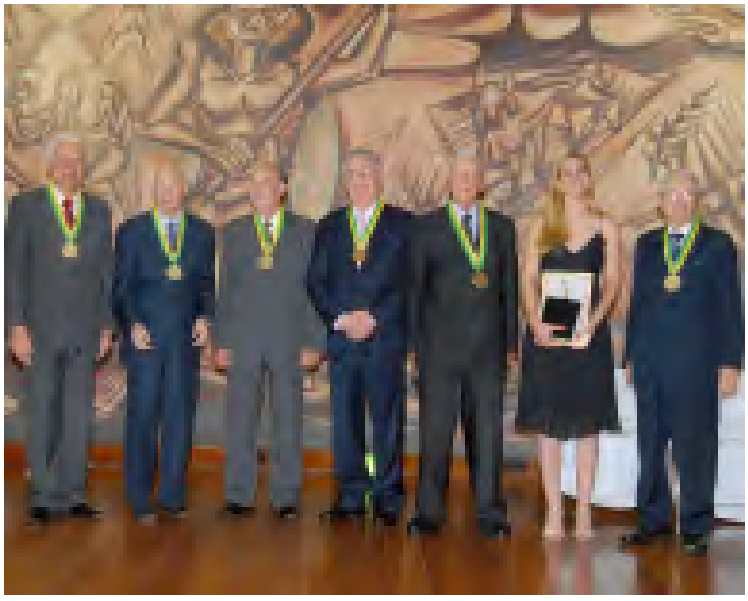
Sigego 2

Diploma e prêmios

Ainda durante a cerimônia, a Gráfica e Editora Única, representada por seu diretor Zander Campos Júnior (na foto entre Wilmar Aleixo, do Senai-GO, e o escritor Ubirajara Galli), recebeu diploma referente à quarta edição do Prêmio Aquino Porto de Excelência Gráfica - Criação e Produção. Foram premiadas ainda as revistas Vest Moda, editada pelo Sinvest, e Cores, publicada pelo Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg,.

Simelgo

Medalha Aquino Porto



O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), pelo segundo ano consecutivo, homenageou personalidades que contribuem para o desenvolvimento da indústria no Estado. Durante solenidade realizada no Clube Ferreira Pacheco, receberam a Medalha do Mérito Ministro Aquino Porto *(foto)* os empresários Jesus Alves Magalhães (Eletro Transol), Ovídio Correia de Mesquita (Perfinasa), Saulo Vitoy (Tratordiesel), o advogado e assessor da Fieg Norton Ribeiro Hummel e Waldyr O'Dwyer, do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis.

Sifaeg/Sifaçúcar

Biocombustíveis

O presidente executivo do Sifaeg/Sifaçúcar, André Baptista Lins Rocha (*foto*), e o ex-presidente do sindicato e atual executivo do Grupo USJ de Açúcar e Álcool, Igor Montenegro, regressaram no começo de novembro de uma viagem de 20 dias aos Estados Unidos. A convite do Departamento de Agricultura daquele país, equivalente ao Ministério da Agricultura brasileiro, Rocha e Montenegro cumpriram intensa programação no âmbito do programa Agricultura e Política de Biocombustíveis. Uma bateria de palestras, visitas a agências governamentais e instituições de pesquisa, usinas e uma escala no escritório da União da Indústria Brasileira de Cana-de-Açúcar (Unica), em Washington, fizeram parte do roteiro, num momento em que são retomadas as pressões internacionais contra o etanol brasileiro.

Sinduscon I

MEMÓRIA PRESERVADA

Em comemoração pelos 75 anos de Goiânia, em outubro, o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) e o Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC) lançaram a campanha Viva e Reviva Goiânia *(foto)*. O projeto incentiva a restauração de fachadas de imóveis de valor arquitetônico histórico na área de tombamento definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), no Centro da capital e em Campinas. O convênio tem duração prevista até dezembro próximo.

Simea

Visita à Caoa-Hyundai

A fábrica do grupo Caoa-Hyundai recebeu, em outubro, uma missão empresarial formada pelo presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea), Elton Teles, toda a diretoria do sindicato, pelo presidente e pelo coordenador do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis, Capitão Waldyr O'Dwyer e Gilson Amaral Brito, respectivamente. O grupo foi recepcionado pelo diretor-superintendente do grupo, Akira Yoshikawa, que fez uma apresentação detalhada sobre as linhas de produção do caminhão HR 2.5 TCI e das caminhonetas Tucson, próximo lançamento da montadora.

Sinduscon 2

Moradia digna

Durante reunião realizada na Câmara de Goiânia, no dia 21 de outubro, o Comitê Estadual em Defesa da Moradia Popular decidiu incrementar a campanha Moradia Digna - Uma Prioridade Social. Desde o final de outubro, o comitê vem trabalhando em pontos estratégicos da cidade para a coleta de 100 mil assinaturas com o objetivo de acelerar a votação da proposta de emenda constitucional 285/08, em tramitação no Congresso. O projeto obriga a destinação permanente de recursos para o setor de habitação social. Participaram do encontro representantes do Sinduscon-GO, do Sindicato dos Corretores de Imóveis, Conselho Nacional das Cidades, Movimento pela Reforma Urbana, Sindicato dos Engenheiros, CRECI, da Agehab, Sociedade Habitacional Comunitária, União Nacional da Moradia e da Comissão de Habitação na Câmara.

Conjecturas e imprecisão ainda cercam o cenário político do Estado depois das eleições municipais

Reynaldo Rocha
Jornalista

De 2008 a 2010

No País, as eleições municipais de 2008 projetaram o nome do governador de São Paulo, José Serra, como indicação certa para a sucessão presidencial em 2010. A quem pergunte por que, a resposta é imediata: ousado, Serra desconheceu a candidatura de Geraldo Alckmin, seu companheiro de PSDB, e jogou suas fichas na reeleição do prefeito Gilberto Kassab, do DEM. Reeleito, Kassab dedicou a vitória a Serra. Como não foi uma vitória qualquer, mas na maior cidade do País, e batendo o PT do presidente Lula, como ignorar o fato, e seu sucedâneo principal, que é o aumento do cacife eleitoral do governador?

Se São Paulo deu essa receita, qual é a de Goiás e qual a projeção que resultou para o processo da sucessão do governador Alcides Rodrigues? Numa primeira leitura, praticamente nada de novo: reeleito com folga em Goiânia, o prefeito Iris Rezende se reforça ainda mais para assumir a candidatura a governador, e com tudo para ter a companhia do PT, que foi parceiro na batalha recém-encerrada. Pela oposição, nada além do nome do senador Marconi Perillo, a despeito do encolhimento da representatividade do partido dele, o PSDB, agora com um número menor de prefeitos.

Não fosse a arte da política complexa como é, se teria esse quadro aí, simplesinho. Por isso mesmo, há quem já coloque fatores novos para a avaliação do cenário que vai se projetar sobre 2010. A primeira tacada: o prefeito Iris cumpriria até o fim o mandato para o qual acaba de ser reeleito e deixaria o espaço para uma grande composição com o PT, ficando a vaga na outra disputa majoritária - a do Senado - para a deputada federal Iris Araújo, que em 2004 se elegeu - vale lembrar - com votação recorde.

Entra aí o nome de Henrique Meirelles, citando em nove de dez rodas de debate sobre as perspectivas da sucessão no governo de Goiás. Como ele foi a Anápolis, sua cidade natal, e para onde, há dois anos, transferiu seu domicílio eleitoral, para votar em Antônio Gomide para prefeito, optando assim pelo PT, por que não ter a contrapartida daqui a dois anos, ganhando o apoio petista nessa imaginada mega-composição com o PMDB e se consagrando como o candidato de um novo eixo ao Palácio das Esmeraldas?

São meras conjecturas, obviamente. E até mesmo por faltarem - por enquanto, pelo menos - conceituações mais substanciosas dos principais agentes políticos do Estado sobre que rumos eles pretendem seguir. Marconi Perillo, que evitou o envolvimento mais direto com as disputas de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, vencidas com um mar de votos pelo PMDB, manteve mais ou menos intacto o seu poder de influência no interior do Estado. Mas como perdeu também em Anápolis, o terceiro maior eleitorado de Goiás, vai precisar de reavaliações e de uma boa reciclagem para se apresentar em perfeitas condições de combate na batalha de daqui a dois anos.

Todavia, não se conduz análise alguma na atualidade política de Goiás sem se considerar a posição daquele que talvez seja, hoje, o agente principal, o governador Alcides Rodrigues. Ele detém o poder maior no Estado e se sustenta numa política de boa convivência com o governo Lula, fator que é definido como vital para o desenvolvimento do seu programa de obras. Desta forma, há que se esperar um pouco mais. Nas suas escassas opiniões sobre o futuro Alcides disse apenas que ainda está distante o momento ideal para tratar do assunto. É esperar, portanto. ■

NOSSO PRÊMIO É VER A INDÚSTRIA E O TRABALHADOR SE DESENVOLVENDO.

MAS ESSA PREMIAÇÃO TAMBÉM É MUITO BEM-VINDA.

O Sistema FIEG recebeu, no último Prêmio Top Goiás de Comunicação (realização da Revista Marketing em Goiás), o troféu ouro na Categoria Terceiro Setor com o case SESI/SENAI.

No Prêmio Aquino Porto de Criação e Produção Gráfica, ele levou ouro pela série de outdoors "Educação, Saúde e Lazer", prata para a série de outdoors "Educação Profissional e Tecnológica", bronze para o cartaz "SESI" e para o outdoor "Graduação Tecnológica".

São resultados que mostram que a comunicação do Sistema FIEG está no caminho certo: ajudar na missão de promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e industrial do Estado, fortalecendo o trabalhador e a indústria.

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

Sistema FIEG

Anglo American.

Um mundo maior do que você imagina.

Líder global em diamante e platina. Um grupo com operações em 45 países, que fala 20 idiomas e gera mais de 90 mil empregos diretos. Que nunca investiu tanto no Brasil como agora, com grandes aportes e empreendimentos. Nióbio, fosfatados, níquel, minério de ferro – um mundo Anglo rico em diversidade de negócios e pessoas, que compartilham o mesmo princípio: desenvolvimento com sustentabilidade. Se esse é o mundo que você quer, venha crescer nele junto com a gente.

ANGLO AMERICAN

www.angloamerican.com.br